

EM TEMPO!

Quinzenário nacional • Ano VI • nº 142 • De 14 a 27 de janeiro de 1982

Cr\$ 70,00



O desespero eleitoral da ditadura

Mesmo com o "pacotão", o governo perde feio. Enquanto promete novas "bombas", deputados do PDS tramam a prorrogação.

Pg. 5



A resposta do PMDB ao pacote: incorpora o adesismo do PP, enquanto Montoro já promete acordo com a ditadura se eleito.

Pg. 4

Eles querem negar mas a recessão está aí e 1982 não promete melhorar

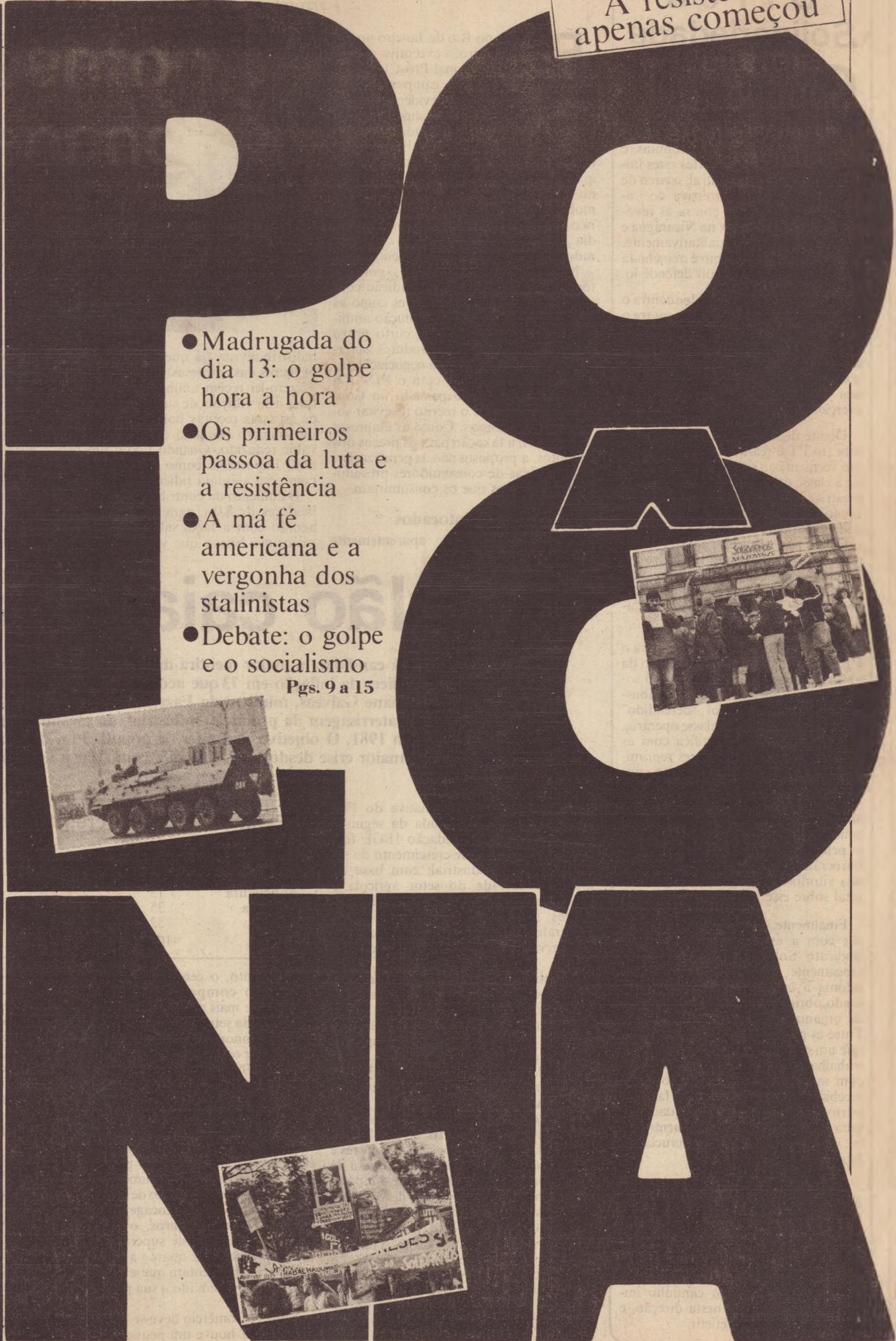
O ministro da Fazenda soltou a piada: apesar da queda do produto da indústria, apesar do aumento do desemprego, o PIB cresceu 3,2%.

Ninguém acreditou. A verdade é que estamos vivendo a maior crise desde 1930.

Pg. 3

Pró-CUT abre fogo contra o escandaloso "pacote" da Previdência

Reunidos no Rio de Janeiro, os dirigentes sindicais decidiram convocar manifestações de protesto em todo o país para o dia 24 de janeiro.



- Madrugada do dia 13: o golpe hora a hora
- Os primeiros passos da luta e a resistência
- A má fé americana e a vergonha dos stalinistas
- Debate: o golpe e o socialismo

Pgs. 9 a 15



Editorial

O PT e o Solidariedade

O golpe recebido pelos trabalhadores poloneses com a instalação da ditadura militar atinge a toda a classe trabalhadora mundial. Debilita a mobilização de massas contra os inimigos comuns, e encoraja por todas as partes estes inimigos. Na América Central, o risco de uma nova escalada agressiva do imperialismo americano contra as revoluções em El Salvador, na Nicarágua e em Cuba aumentam qualitativamente. A bandeira do socialismo é manchada vilmente por gente que diz defendê-lo.

No Brasil, sentimos o golpe contra o Solidariedade como um golpe contra o PT. É grande a identidade entre o PT e o Sindicato polonês: a luta por um sindicalismo autêntico, independente e massivo, a luta contra a burocracia, a luta pelo poder dos trabalhadores, exercido diretamente.

Diante disso, a primeira tarefa que cabe ao PT é reafirmar sua condenação veemente ao estado de guerra contra a classe operária polonesa e a nossa irrestrita solidariedade política, nosso apoio, à luta que continua do Solidariedade. Não faltarão ocasiões para isto.

Cabe, por exemplo, ao PT lutar para que o sindicalismo brasileiro assumira uma posição mais expressiva do que até agora em defesa das liberdades sindicais na Polônia e de solidariedade aos sindicalistas poloneses.

Uma segunda tarefa decisiva para o PT é prosseguir no esclarecimento da nossa concepção de socialismo. O socialismo que queremos não é o embuste burocrático que foi "defendido" pelos generais contra a classe operária, mas sim o que se identifica com as aspirações dos trabalhadores reprimidos. Para que a credibilidade, a confiança que nosso partido goza junto aos trabalhadores brasileiros não seja abalada, para que a campanha de confusão levada a cabo pela burguesia e pelos defensores do "socialismo" burocrático (cada um a seu modo) não seja vitorioso, é necessário ter clareza total sobre este ponto.

Finalmente, devemos saber aprender com a experiência realizada. O sindicato Solidariedade foi momentaneamente desorganizado, e agora retoma a luta em novas bases. Está sendo obrigado a recorrer à atividade de organização clandestina inclusive. Entre as razões mais importantes para que um movimento de dez milhões de trabalhadores não tenha respondido com mais eficácia imediata ao golpe recebido, estão sem dúvida a falta de estruturas organizativas adequadas, a falta de um projeto politicamente claro, inclusive sobre a questão crucial da luta pelo poder.

O PT tem neste terreno uma vantagem: já somos um partido político em organização, não tentamos restringir a nossa luta ao nível sindical. Mas sem dúvida tampouco o PT estaria hoje preparado para enfrentar imediatamente um golpe como o recebido pelo Solidariedade. Há um caminho importante a percorrer nesta direção, e sobre isso devemos refletir.

Na passagem do ano, Figueiredo decreta O novo escaândalo da Previdência

Negando-se a atacar os problemas estruturais da Previdência, o governo decreta a solução de praxe: arrombar o bolso dos trabalhadores.

Reunida no Rio de Janeiro no dia 11 de janeiro, a executiva da Comissão Nacional Pró-CUI decidiu desencadear uma campanha para derrubar o pacote da Previdência decretado por Figueiredo na passagem do ano. A campanha será articulada em dois planos: no jurídico, no qual se argui a inconstitucionalidade do decreto-lei que fere decisão anterior do Congresso; no político, prevendo-se um esforço de mobilização dos sindicatos que culminará com a realização de atos de protesto no dia 24 de janeiro, quando será comemorado o Dia Nacional do Aposentado.

Na verdade, seria difícil para o governo tomar medidas tão em contradição com os interesses dos trabalhadores como as contidas no decreto-lei. A solução ambígua de resolver o deficit a curto prazo através da taxação de produtos superfluos, conseguida em uma negociação tumultuada da oposição com o PT e o próprio governo ano passado no Congresso, teve apenas o mérito de evitar soluções mais danosas. Como as empresas repassariam a taxação para os preços dos produtos, a proposta não as penalizaria e sim as faixas de consumidores presumivelmente seletos que os consumiriam.

Lucros intocados

Mesmo esta solução aparentemente



redistributivista (já que deixava intactos os lucros das empresas) foi mascarada. O decreto-lei recém anunciado apresentou uma lista ridícula de superfluos, gerador de escassas receitas porque incide sobre um número pequeno de produtos e de valor reduzido. Quando taxou um produto importante como o automóvel foi com uma alíquota ridícula de 2%.

O aumento da contribuição dos trabalhadores de 8,0% para 8,5% a 10%, de acordo com a faixa salarial, percorre o raciocínio básico que vem norteando a

administração do governo em todos os campos, ou seja, o de se solucionar os deficits gerados pela ineficiência e corrupção através da investida no bolso dos assalariados. Idem para o aumento da alíquota de 10% para os patrões, que simplesmente repassarão o aumento para os preços dos produtos, socializando as perdas.

O desconto dos vencimentos dos aposentados e dos pensionistas introduz o aberrante princípio do duplo pagamento: o de cobrar do segurado uma taxa pelo recebimento do benefício, direito assegurado pelo pagamento mensal e sistemático de uma contribuição durante a vida inteira. A perda dos aposentados, que pagarão de 3% a 5% de seus vencimentos, corresponde na faixa dos que recebem de um a três salários-mínimos à perda dos 10% além do INPC que lhes é garantido pela atual lei salarial. Calcula-se que um trabalhador que vier a se aposentar hoje com salário de 30 mil, com os novos descontos, passará a receber apenas 69% de seu salário. Já os pensionistas pagarão uma taxa fixa de 3%.

O governo decidiu ainda emitir ORTNs para saldar as dívidas da Previdência com o sistema bancário. Enfim, retirou-se dinheiro dos trabalhadores, dos consumidores, da União e, como de praxe, os lucros não foram tocados.

Não caia nessa!

É certamente desde já candidata à maior mentira da década. Um logro só comparável à histórica deturpação dos índices da inflação em 73 que acobertou um reajuste arrochado dos salários.

Os mentirosos: Ernane Galvêas, ministro da Fazenda e Jessé Montelo, presidente do IBGE.

A mentira: apesar da aterrissagem da produção industrial, do escandaloso aumento do desemprego, o PIB cresceu 3,1% em 1981. O objetivo: esconder da população o descalabro da política econômica que atirou o país na maior crise desde 1930. Entenda como dar a volta por cima da conversa fiada destes senhores.

Até agora, a estimativa do PIB tem sido realizada da seguinte forma: a Fundação IBGE fornece as estimativas de crescimento do setor agrícola e industrial; com base na média ponderada do setor agrícola e industrial, estima-se, efetuados alguns ajustes, a taxa de crescimento do terciário (transportes e comunicações, comércio, serviços financeiros etc). E soma-se tudo.

A estimativa é simples e depende, em grande medida, dos pesos de cada setor, calculados e recalculados a partir dos censos econômicos do IBGE, realizados de cinco em cinco anos. Assim, supostos constantes os pesos de cada setor, a estimativa da taxa de crescimento do PIB vai depender das estimativas de crescimento da agricultura e da indústria.

No quadro ao lado, fornecemos algumas estimativas do PIB de 1981. Nos casos (1) e (3) a participação dos setores é suposta constante, assim como a taxa de crescimento da indústria, desde a hipótese mais provável (decréscimo de 8%), passando por uma hipótese pessimista (decréscimo de 10%) até um hipótese improvável (decréscimo de 4%). A taxa de crescimento do PIB oscilaria entre -0,6% e -5%, sendo mais provável a taxa de -3,5%. Assim, qualquer taxa que venha a ser divulgada pelo IBGE sobre o comportamento do setor industrial em 1981, indicará uma redução do PIB.

Estimativa para o crescimento do PIB em 1981

Setores	Participação no PIB (em %)	(1) Taxas de crescimento	(2) Taxas de crescimento	(3) Taxas de crescimento
Agricultura	13	8,5	8,5	8,5
Indústria	35	-8,0	-4,0	-10,0
Terciário	52	-3,5	-0,6	-5,0
TOTAL	100	-3,5	-0,6	-5,0

Entretanto, o centro da questão está menos no comportamento do setor industrial e mais na hipótese de mudança dos pesos do setor terciário em 1981. Alegam os economistas ligados ao governo, que o setor terciário teria aumentado de peso em 1981, não se constituindo desta vez num mero reflexo do crescimento da agricultura e da indústria. No caso, as mudanças resultariam dos desempenhos do comércio e do sistema financeiro.

Quanto ao comércio, alegam que seu comportamento é refletido pelo volume de vendas e não pelo volume da produção. Tendo em vista o fato de que este ano houve uma forte desestocagem por causa das altas taxas de juros, o volume de vendas foi certamente superior ao volume da produção. E quanto ao sistema financeiro, argumentam que a alta taxa de juros teria aumentado a sua participação no PIB.

Sobre o comércio deve-se objetar que, se em 1981 houve um pequeno descom-

passo entre produção e vendas (venda maior que produção), em 1980 aconteceu exatamente o contrário. Portanto, a desproporção existente em 1981 estaria apenas compensando aquela existente em 1980, a qual, é claro, não foi lembrada no momento de calcular o PIB de 1980.

Uma outra objeção é que grande parte do terciário e, especialmente o setor financeiro, não cria valor nem riqueza, sendo seu comportamento mero reflexo das atividades produtoras de riquezas e a sua renda aumentou em função da redução em outros setores (comércio, indústria, agricultura, etc).

Concluindo, qualquer que seja a mágica, será muito difícil para o governo ocultar a trágica recessão da economia brasileira em 1981. E é duvidoso que algum destes tecnocratas tenha a coragem de defender a sua metodologia de cálculo do PIB numa assembléia de desempregados.

(M.L.)

A recessão chegou

O cretinismo oficial tem soltado um intenso foguetório nesta passagem de ano. Propagandeia-se que o governo conseguiu finalmente ter êxito em sua política econômica. A inflação começou a declinar, voltando à casa dos dois dígitos (95%), depois de uma taxa de 110% em dezembro de 1980 e de 120% em março de 1981. E a balança comercial finalmente apresentou um saldo de um bilhão de dólares.

De acordo com os tecnocratas do Planalto, a queda da inflação teria sido um resultado auspicioso da política de contenção do crédito, do gasto público e da elevação da taxa de juros. Estas medidas teriam contribuído para a redução da demanda por mercadorias de modo que os industriais e comerciantes seriam forçados a jogar os preços para baixo para escoá-las.

De fato, o fenômeno ocorreu embora numa amplitude bastante restrita onde predominou a velha lei de que os mais fortes saem ilesos e os mais fracos sempre perdem. O comportamento do índice de preços por atacado (responsável por 60% do cálculo da inflação) até novembro mostra que para um crescimento global dos preços de 94%, o índice dos produtos agrícolas atingiu apenas 74% ao passo que os produtos industriais chegaram a 103% (ver quadro).

A lei dos mais fortes

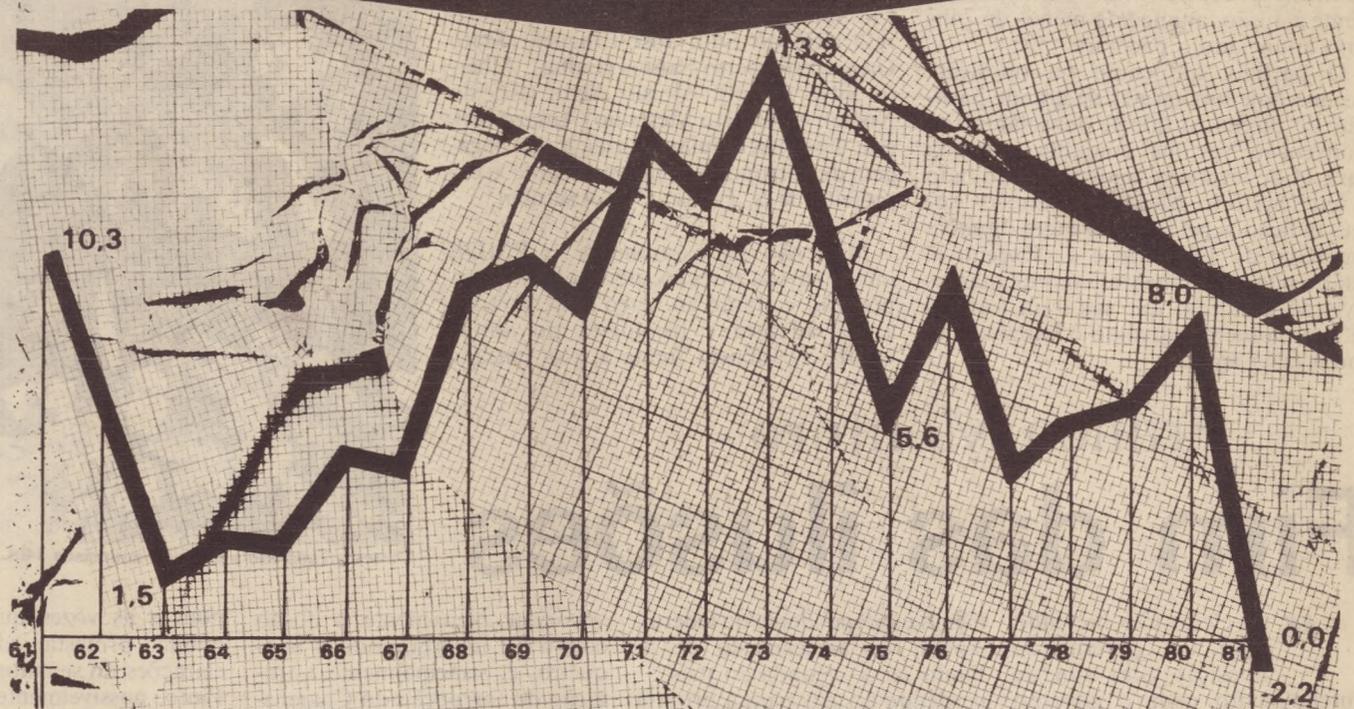
Assim, o setor agrícola que é notoriamente o mais fraco, bancou em grande parte o processo de redução da inflação. É claro que isso pouco tem a ver com a política monetária (decorreu pura e simplesmente da eventualidade de uma boa safra) e trará conseqüências negativas para o futuro na medida em que os agricultores desestimulados pelos baixos preços podem deixar de plantar.

Mas não é só isso. Observando bem o comportamento dos produtos industriais ramo por ramo (ver quadro), vê-se uma diferença acentuada no comportamento dos preços. Via de regra, nos setores tipicamente oligopolizados (em geral dominados por pequeno número de empresas multinacionais) os preços cresceram sempre acima da média da inflação como é o caso de bebidas, borracha, fumo, química, material de transporte e material elétrico. Ao contrário, os ramos pouco concentrados apresentaram crescimento abaixo da média (couros e peles, mobiliário etc.). No caso da indústria automobilística, a despeito de sua forte crise de mercado (redução de 30% na demanda), tivemos um aumento extravagante de 148% nos preços, o que é uma demonstração cavalara do fracasso da teoria monetarista. A uma contenção da demanda, os oligopólios respondem com um aumento real de preços e não com uma redução tal qual prevê a teoria.

A maior crise desde 1930

Embora pouco tenha contribuído para a queda da inflação, a política monetarista conseguiu de fato provocar uma violenta recessão no setor industrial estimada por um decréscimo de 8 a 10%. Esta queda, a mais grave na história da indus-

Apesar do foguetório oficial pelas minguadas melhorias na inflação e na balança comercial, o país está mergulhado na mais grave crise econômica desde 1930. E as perspectivas para os próximos anos são sombrias.



trialização brasileira (comparável a ela apenas a crise de 1930-32 quando, porém, o país era ainda pouco industrializado) tem sido negligenciada por alguns, escamoteada pelo governo e sentida na carne por mais de cinco milhões de desempregados.

Em termos econômicos, a recessão industrial tem de se refletir necessariamente na redução do PIB, o que significa claramente uma involução econômica. Fato que o governo teima em não reconhecer (ver matéria ao lado).

Foi esta recessão que permitiu o saldo de 1 bilhão de dólares na balança comercial graças a uma redução de aproximadamente 25% da quantidade importada (em termos nominais, as importações caíram cerca de 10%). Resultado pouco significativo face às exigências do serviço da dívida externa brasileira, quase que uma gota no oceano.

Um futuro sombrio

As perspectivas para o futuro não são boas no julgamento da maioria dos empresários e economistas. De acordo com Maria da Conceição Lavares, mantida a atual política, os resultados de 1982 serão tão ruins quanto os de 1981 e há até quem aposte em cinco anos de austeridade. Tudo indica que o governo manterá o aperto apesar de 1982 ser um ano eleitoral.

Delfim, por exemplo, não abre mão da política de altas taxas de juros, alegando a necessidade suprema de estimular a captação de dólares no exterior às custas de uma taxa de juros interna superior

aquela vigente no mercado internacional. É claro que existiriam inúmeros mecanismos que permitiriam o desatrelamento das taxas de juros internas das externas. Mas o motivo que prende Delfim à atual política é outro: trata-se de sua estreita vinculação com o setor financeiro brasileiro que remonta ao período do chamado "milagre econômico". Afinal, foi por obra sua — e com dinheiro público — que se chegou à atual etapa de concentração dos bancos.

Com a taxa de juros alta nem mesmo a ampliação dos prazos de financiamento dos bens duráveis de consumo (carros, eletrodomésticos etc.), de 12 para 24 meses redundará em alento para o crescimento da indústria uma vez que o juro alto, além de incidir sobre o valor da prestação, aumenta o nível de endividamento dos indivíduos.

Por outro lado, deverá persistir a política de corte indiscriminado dos gastos públicos já que o governo e a burocracia estatal não têm nenhuma mobilidade para estabelecer prioridades devido aos seus estritos compromissos com os setores monopolistas. Quando muito, do lado da receita, o máximo que o governo consegue fazer é uma mini-reforma fiscal atingindo em cheio as camadas médias assalariadas através do aumento imposto de renda, dos impostos indiretos (lei dos supérfluos), da contribuição da previdência, das tarifas de serviço público e de outros aumentos menos votados.

Rumo à estagnação

Com isso, o problema estrutural do capitalismo brasileiro se torna mais e mais agudo, crescendo a contradição entre uma acumulação de capital que pressupõe a ajuda do estado enquanto fornecedor de recursos e socializador de riscos (vide, por exemplo, a negociação recente e escandalosa do controle do projeto Jari) e a apropriação privada dos lucros. A contradição vem manifestar-se então como uma crise fiscal (excesso de gastos sobre a receita) em que o estado cada vez mais se afunda.

O governo não pode priorizar gastos porque os grandes grupos econômicos pressionam e não permitem. O governo não pode controlar os juros porque está envolvido profundamente com o setor financeiro. O governo não pode controlar os preços dos oligopólios nacionais e multinacionais pelos mesmos motivos.

Em síntese, está basicamente paralisado pela crise. Por isso, a política econômica oficial está falida e o capitalismo brasileiro estagnado e sem saídas à vista. O país caminha lenta, gradual mas seguramente para uma situação similar aquela vivida pela Argentina, ou seja, parou de crescer, tem altas taxas de inflação, crise fiscal, problemas no balanço de pagamentos e ineficácia total na política econômica. (Maurício Lemos).

Índice de Preços por Atacado

— oferta global —

novembro 80/novembro 81 —

Setores	Varição (em %)
Produtos Agrícolas	74
Produtos Industriais	103
Fumo	201
Bebidas	151
Borracha	149
Mat. de Transporte	148
Mat. Elétrico	135
Mecânica	127
Química	126
Papel e Papelão	120
Couros e Peles	89
Mobiliário	88
Metalurgia	77
Tecidos, Vest. e Calçados	66
Madeira	23
TOTAL	94

Fonte: Conjuntura Econômica, Dezembro de 1981

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Americo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Lavares, Luci Avila, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MIPPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, C.P. 05414 - Fone: 852-8880.

Sucursais: Belo Horizonte - Av. Cristóvão Colombo - Porto Alegre - Av. Osvaldo Aranha nº 1407 - Loja 20 - Rio de Janeiro - Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Impressão: Cia. Editora Jorúes - R. Gastão da Cunha, 49 - São Paulo - Fone: 531-8900.

Pouco tempo se passou desde que a direção nacional do PMDB fez muita fumaça contra a entrada de Jânio Quadros em suas fileiras. Argumentando que o ex-governador de S. Paulo e ex-presidente da República marcava sua atuação política pelo personalismo e por fortes tendências à conciliação com o governo, a direção do partido negou seu ingresso, com grande apoio dos parlamentares e algumas bases mobilizadas.

Hoje, com a alteração do quadro eleitoral pelo pacote de novembro, mesmo os parlamentares da chamada "corrente progressista" do PMDB não levantaram nenhum protesto mais contundente frente à fusão, anunciada menos de 24hs após anunciado o pacote.

O partido, até então na oposição, assume hoje um caráter de grande partidão de direita, o que se consolidará na Convenção Nacional conjunta, marcada para 14 de fevereiro, onde será escolhido o seu Diretório Nacional. Entre os nomes indicados pelo PP, que terá direito a um terço do Diretório e da Executiva, estão presentes ilustres representantes civis da ditadura, que saltaram fora no último momento, quando o barco começou a fazer água.

Fusão PP-PMDB Direita volver!

A lista dos novos opositoristas começa pelos senadores biônicos Afonso Camargo do Paraná e Gastão Muller do Mato Grosso, este último, junto com Miro Teixeira do Rio de Janeiro, forte candidato à secretaria geral da agremiação, em substituição a Pedro Simon. A lista continua com uma batelada de ex-governadores, também biônicos, como Cid Sampaio (Pernambuco); Sinval Guazelli (RG do Sul); José Fragueli (Mato Grosso); Roberto Santos (Bahia); Alberto Silva (Piauí); Aloísio Alves (RG do Norte); e Gilberto Mestrino (Amazonas), este último acumulando uma longa bagagem de corrupção; e, possivelmente, o ex-prefeito de S. Paulo, Olavo Setúbal.

Mas não só ex-arenistas o PMDB inclui na sua direção, pois com a incorporação voltarão ao berço materno toda a ala adesista e fisiológica do antigo MDB. O silêncio frente a essa entrada

contrasta com o grande alarde da época da reestruturação partidária, quando foi anunciada a depuração do partido que o transformaria em um verdadeiro partido

(L.A.)



Ulisses e Tancredo a fusão foi anunciada 24hs. após o pacote.

Franco Montoro Fim das ilusões

“ Se eleito não pretendo fazer um governo de oposição mas sim de entendimento com o governo federal”. Essa e outras declarações de Franco Montoro aos repórteres políticos da imprensa paulista, causaram um verdadeiro rebuliço nas fileiras do PMDB.

Um grupo de 25 parlamentares, incrédulos diante de tanta cara de pau encaminhou ao senador um pedido formal sobre a veracidade das declarações publicadas na *Folha* e no *Estado de S. Paulo* no dia 6 de janeiro. E o espanto não é para menos. Para aqueles que ainda acreditavam no PMDB como um verdadeiro partido de oposição, Montoro apresenta uma receita completa de conciliação com a ditadura.

Não pretende criar nenhum tipo de caso com o governo federal argumentando que a administração estadual se comple-

menta e é dependente da federal. Apesar da arrecadação de S. Paulo ser a segunda do país — perdendo apenas para a própria União — e a terceira da América Latina, o senador argumenta que o governo central absorve o grosso do dinheiro produzido no estado, e que só uma linha de diálogo poderá manter uma boa administração. Nenhuma palavra sobre a luta pela reforma tributária, antiga palavra de ordem herdada do MDB.

Mais do que uma visão administrativa, o senador aponta para um real compromisso político com a ditadura e seu subproduto, a corrupção desenfreada que reina nos organismos de administração. Com a desculpa esfarrapada de que “ladrão não deixa provas” o senador anuncia desde já que não realizará nenhuma devassa na administração de Maluf, tida como a mais corrupta da história brasileira. Uma prova de que Montoro já

absorveu plenamente a fusão com o PP, incorporando os banqueiros e, principalmente, a tradição de corrupção do Chaguismo no Rio de Janeiro.

Um adesista confesso

Mas a maior evidência que são todosinhos de uma mesma pipa, são as declarações sobre a composição de seu governo. Caso eleito, o senador mostra-se duro, dizendo não admitir nenhuma interferência na nomeação de seu secretariado. No entanto, admite negociar o secretário de segurança, cargo controlado diretamente pela ditadura, “não indicando ninguém que seja uma provocação direta às Forças Armadas”. Nenhuma palavra sobre a luta para desmantelar o aparato repressivo, bandeira assumida pelo conjunto do movimento popular e democrático brasileiro, e um dos pontos centrais da plataforma de seu partido.

Apesar do rebuliço, foram

poucas as vozes que vieram a público protestar contra as declarações do senador. Francisco Pinto, possivelmente esperando novas traições, exigiu da direção do partido que sejam estabelecidos critérios rígidos para a relação de seus possíveis governadores com a ditadura. O político baiano mostrou-se assustado com o que poderão fazer aqueles que, utilizando-se do sentimento oposicionista do povo, conquistarem cargos executivos, se já estão prostituídos mesmo antes de serem lançados oficialmente como candidatos.

João Cunha, para quem a conquista de um governo estadual pelo PMDB só tem sentido se usado como instrumento de luta pela democratização do país, encaminhou um documento ao Conselho de Ética do PMDB, exigindo o julgamento de Franco Montoro. A reação da direção da agremiação não

poderia ser outra: “o documento do deputado está sendo examinado, mas seu destino provável será o arquivamento”.

Em novas declarações o candidato não só ratificou suas declarações, como respondeu diretamente aos seus críticos, a quem chama de “os novos radicais da fusão”. “Se eleito não transformarei o governo de S. Paulo em uma trincheira para incendiar o país”.

Aliás, mais do que respaldado na direção nacional, Montoro é hoje o próprio porta-voz do “espírito do partido”, o que fica claro em sua avaliação sobre a fusão com o PP: “É um grande reforço para o PMDB, principalmente porque atenua a imagem de radicalismo com que é visto por alguns setores do regime, transformando-se cada vez mais em uma oposição confiável”.

(L.A.)

Joaquinzão no PTB

Trabalhismo tira a máscara

Com excesso de barulho e badalado, Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, entrou para o PTB, o partido “trabalhista” de Ivete Vargas. Imediatamente, televisão e jornais da grande imprensa abriram espaço para a boa nova. O velho pelego, campeão de rasteiras nos trabalhadores afinal “vencia seus escrúpulos e aderiu a um partido político”, se dizendo agora, um admirador do trabalhismo.

Joaquim justifica essa sua tardia opção político-partidária, por ser o PTB, “um partido de esquerda, de oposição, mas uma oposição pragmática, sem extremismos e radicalismos” e por ter sido insis-

tentemente convidado pela D. Ivete, que rapidamente o proclamou “um grande líder sindical” e o pinçou a membro da direção nacional.

Cada partido tem o líder sindical que merece e assim, o PTB, um partido que parecia nati-morto ganha o Joaquinzão, que embora não seja um “cavalo de tróia”, não deixa de ser um presente de grego.

Aliás, parece que a política do PTB é se transformar num grande “lixão”. Primeiro foi o Jânio, que depois de muitas reviravoltas estacionou aí e agora o Joaquinzão, o dirigente sindical mais odiado pelos operários de São Paulo e que nas

assembléias da **CONCLAT 81** não podia sequer ter seu nome citado, pois o plenário vinha abaixo, tantas eram as vaias.

Que Trabalhismo é este?

O trabalhismo deste PTB é algo realmente de assustar. Antes de 1964 era unha e carne com o Ministério do Trabalho e avalista de toda a política governista. Agora, revivido como uma grande farsa, tem sido estimulado diretamente de Brasília, como mais um partido de oposição responsável. O próprio Delfim Neto em pessoa tem se esforçado para reerguê-lo.

O que se sabe é que foi ele quem acon-

selhou Jânio Quadros a aderir e “sugeriu” para que Ivete Vargas integrasse o Joaquinzão em suas fileiras.

Dessa forma, o super-pelego está mais uma vez em seu habitat natural. Ao lado do governo, para tentar manobrar e trair os trabalhadores. Se como cabeça do sindicalismo responsável ele não colou, vai tentar agora de político trabalhista responsável, mais uma vez contra os operários, contra o PT e contra o Lula. Pra quem até bem pouco apregoava que Sindicato e política não se misturam não está nada mal.

(Elvira de Oliveira)

O caos eleitoral e o futuro do regime

Tempestade à vista!

Com o "pacote de novembro", o governo rompeu o imobilismo que caracterizou as suas ações no plano político durante o ano passado. Como se sabe, a ausência de um acordo oficial sobre a reforma eleitoral tornado público desde o início do ano, percorreu o período tormentoso das bombas do Rio-Centro, mergulhou num mar de incertezas depois da queda de Golbery, teve a solução adiada durante a ausência de Figueiredo motivada pelo enfarte e foi a razão da queda da sublegenda para governador no Congresso, quando as dissidências do PDS se somaram às oposições.

Foi, porém, um passo tão incerto e inseguro que só mostra o labirinto em que continuam encerradas as iniciativas do governo. Se o "pacote", ao vincular desde o voto para vereador até o para governador e impôr a obrigação da apresentação de candidatos em todos os níveis fortalecia as chances de vitória dos candidatos do PDS aos cargos majoritários, deixava a descoberto o flanco das eleições proporcionais, nas quais se previa uma perda para o governo de cerca de 60 deputados no Congresso em relação à atual bancada. Por outro lado, ao quebrar o pique eleitoral do PP em uma série de estados, propiciou os incentivos para que este se incorporasse ao PMDB, revertendo as chances de vitórias do PDS para os cargos majoritários em vários Estados.

O caos eleitoral

Assim, após ter se exposto a todo o desgaste com a edição do "pacote", o governo retorna quase ao ponto de partida. Especula-se que ao fim do recesso parlamentar, em março, proporá uma modificação no "pacote" optando por vincular em duas séries os votos: aos cargos majoritários (prefeito, governador, senador) e aos proporcionais (vereador, deputado estadual, deputado federal). A pretensão seria de desvincular os resultados das eleições majoritárias das proporcionais, na suposição de que nestas últimas o voto de protesto, de oposição é mais diluído do que no caso dos cargos executivos. Quanto à incorporação do PP ao PMDB, o governo já

Passado o primeiro momento de impacto do pacote eleitoral, já é possível verificar que o PT é o menos prejudicado pelas suas medidas. Isso porque seus objetivos não são eleitoreiros. Procura com as eleições organizar os trabalhadores, difundir um programa e aumentar o nível de consciência política, derrotar a ditadura, consolidar e viabilizar legalmente o partido.

Nada disso foi afetado pelo pacote. Ao contrário, esses objetivos ficam claramente delimitados quando as eleições são colocadas em termos partidários. Quanto ao volume de votos, que também constitui-se num objetivo importante e necessário a sua legalização, ainda não temos condições de fazer um balanço completo a nível nacional, mas as conseqüências não devem ser muito diferentes nos vários estados.

O caos eleitoral só vem mostrar o labirinto de contradições em que está metido o regime. E as tendências para um choque entre a ditadura e a organização popular estão definitivamente instaladas.

Por Juarez Guimarães

As chances eleitorais do governo

	ESTADOS									
	SP	RJ	MG	RS	BA	PE	PR	CE	GO	SC
PDS	17	11	19	23	31	19	25	49	28	31
SOMA DOS VOTOS DE OPOSIÇÃO	54	57	46	47	44	37	47	31	44	45
INDECISOS	29	32	35	30	25	44	28	20	28	24

Fonte: Instituto Gallup/Veja, dezembro 1981

tomou a iniciativa de adendar à lei das inelegibilidades alguns itens que poderão ser fatais às pretensões dos dois partidos.

O fato é que a dez meses das eleições se discute e se propõe tudo. O governo examina a possibilidade da volta da sublegenda para governador, a realização das eleições para governador, senador, deputado federal e estadual através do distrital (o governador eleito não seria o mais votado mas o majoritário no maior número de distritos), a realização da eleição em dois turnos. Estão ainda pendentes a fórmula definitiva das inelegibilidades, da regulamentação da propaganda eleitoral, dos prazos para a filiação. Enquanto Magalhães Pinto faz uma cruzada propondo a extinção dos partidos e a realização das eleições com chapas apartidárias, cresce a cotação na Câmara do número dos que se alinham à tese da prorrogação dos mandatos (atualmente já cerca de 125 deputados).

Isolamento crescente

Tanto caos, tantas incertezas não podem ser atribuídas nem a uma ação de despistamento e confusão nem a mera incompetência do governo. A verdade é que à maior crise econômica desde 1930 corresponde hoje um dos mais profundos impasses institucionais das últimas décadas. Só que a gravidade da crise política, impossível de ser medida por estatísticas como na economia, é

amortecida pelas manobras da distensão, pela ação contemporizadora dos partidos liberais e mais ainda, pela ausência de uma força - o PT ainda não é isso - capaz de ser alternativa de poder.

Alguns dados de pesquisa eleitoral recém colhidos pelo Instituto Gallup- revista Veja, apesar de imprecisos e susceptíveis de vários questionamentos, valem por indicar tendências. Uma delas é que nos dez estados mais populosos eleitoralmente, o PDS com todo o uso corruptor da máquina administrativa é majoritário sobre a soma dos votos conferidos aos partidos de oposição apenas no Ceará. Nos três estados mais populosos, os votos dados à oposição são cerca de três vezes superior aos conferidos ao partido do governo; nos quatro seguintes, com exceção da Bahia, a relação é de dois para um.

Esta perda crescente de apoio é o legado maior de uma ditadura que caminhando para o 18º ano, foi incapaz de resolver os grandes problemas do país e, do ponto de vista da grande maioria da população, só soube agravá-los, até o limite.

Ritmo e viabilidade da abertura

Em recentes declarações o general Golbery afirmou que não considera a abertura política ameaçada. "Como em todo processo — explicou ele — a abertura não teria uma velocidade uniforme. Às vezes o processo é acelerado e

às vezes ele retrocede. Já enfrentamos momento mais difíceis do que estamos enfrentando agora e num processo de redemocratização é fato normal dar um passo atrás para logo em seguida dar dois passos à frente."

A questão, porém, não parece ser apenas de velocidade, de ritmo da abertura mas sim da sua viabilidade. Há pelo menos cinco razões para se crer que as bases necessárias para realizar uma reforma do regime, transformando-o de uma ditadura em um sistema de participação controlado por um Estado forte e mais aceito — não foram alcançadas. São elas: a solução da crise econômica, a neutralização dos setores mais retrógrados das Forças Armadas, a construção de partidos confiáveis capazes de serem absorvidos, a emergência de partidos trabalhista ou social-democrata com inserção popular e o isolamento da organização independente dos trabalhadores. Na verdade, tudo parece caminhar ao contrário dessas expectativas do governo.

Tendências para o fechamento

Assim, no quadro atual, é uma grande ilusão esperar que o governo promova eleições nas quais perca o controle da maioria no Congresso e a direção dos Estados mais importantes. Pode-se trabalhar com certeza com duas possibilidades: ou o governo vai encher de barricadas as portas de acesso dos partidos de oposição aos postos de poder ou simplesmente não realizará as eleições.

Na melhor das hipóteses os que hoje — como os partidos de oposição burguesa e algumas forças de esquerda — centram a sua estratégia nas eleições como caminho ao poder estarão cumprindo o papel de legitimar as manobras da ditadura e de confundir os trabalhadores.

Tanto no caso de realização de eleições descaradamente fraudulentas como no da sua não realização é, pois, bastante questionável a capacidade do governo absorver as tensões políticas que vão crescendo em compasso com a crise econômica. E as tendências para um choque entre a ditadura e a organização popular parecem definitivamente instaladas.

O PT e o "pacote eleitoral"

Por Virgílio Guimarães (*)

Em Minas Gerais, S. Paulo e Rio de Janeiro, que juntos correspondem a 46% do eleitorado de todo o país, o grande risco de diluição dos votos do PT seria o chamado "voto útil": o eleitor tenderia a dirigir sua escolha para candidatos que o senso comum associa como eleitoralmente viáveis, com maiores chances de vencer. Inclusive, hoje é comum vermos a grande imprensa difundir o termo "pequenos partidos", com o claro sentido de influenciar essa avaliação do eleitorado.

Apesar disso, parece que a situação não é tão ruim do ponto de vista eleitoral. O PT necessitaria de 10% da votação nesses centros para conquistar o percentual eleitoral nacional de 5% exigido em lei, abstraindo a vo-

tação nos outros estados. Isso continua sendo nossa meta mínima, mesmo se a legislação for modificada nesse particular.

No Rio, São Paulo e Minas

No Rio de Janeiro, com a fusão PP-PMDB, os pemedebistas serão forçados a votar no chaguismo e a população mais opositora tenderá a votar em outros candidatos da oposição. Mesmo sem a incorporação, o candidato do PMDB ao governo seria Saturnino Braga, um candidato semi-adesista e sem pique eleitoral capaz de puxar e polarizar as eleições — o que também indicaria um bom desempenho eleitoral para o PT no estado.

Em S. Paulo o quadro sofrerá

uma grande alteração com o lançamento ou não da candidatura de Lula ao governo do estado. De qualquer forma, no interior, o PT terá condições de lançar um bom número de candidatos próprios, o que dará um grande percentual de eleitores no estado. Com a incorporação do PP, a chapa do PMDB vai muito para a direita, tendendo a disputar o espaço com Jânio Quadros e com o próprio PDS, ficando a esquerda para ser ocupada exclusivamente pelo PT, o que também resultará em bons resultados eleitorais.

Em Minas Gerais é que a situação se mostra, a princípio, mais difícil, pois aí o PT ainda não tem um nome forte para o governo, como no caso do Rio e S. Paulo. Os municípios do es-

tado apresentam uma dispersão muito maior, mas, de qualquer forma, apenas 76 cidades do estado com mais de 20 mil habitantes, concentram cerca de 70% do eleitorado mineiro. Trata-se portanto de garantir boas chapas municipais nestas cidades, já que foi em Minas que as pesquisas realizadas apontaram os melhores resultados para o PT: uma média de 15% da preferência do eleitorado mais definido.

Os nomes que possivelmente concorrerão ainda são fracos, podendo, no entanto, crescerem muito no espaço eleitoral. Um balanço geral indica uma tendência ao decréscimo da votação para o PT após o pacote, mas mesmo assim as metas mínimas deverão ser alcançadas, esperando-se a eleição de, pelo menos, três deputados federais e cinco estaduais.

(*) Virgílio Guimarães é membro do Diretório Nacional do PT.

1982

As tarefas do PT diante do impasse nacional

O ano que se inicia mostra por todos os lados o agravamento da crise brasileira apontando para uma situação de impasse cada vez mais próxima. Diante deste quadro, o que deve fazer o PT?

Por Raul Pont (*)

A desarvorada corrida de casuismos do regime militar mostra que a ditadura caminha para um impasse político. Mal impõe ao país o "pacote de novembro", através do decurso de prazo e do arri- vismo desavergonhado do PDS, e já anuncia novas mudanças eleitorais para março. O deses- pero da derrota eleitoral faz com que Figueiredo desmascare seu próprio projeto distencionista e aumente ainda mais o isola- mento de seu governo.

O último "pacote" liquidou com a "oposição confiável" do doutor Magalhães e do doutor Tancredo, que vinha, há tempos, sendo urdida pelo falecido Portela, e Golbery, limitando a chance de futuras composições onde o regime socializasse a administração da crise com algumas dessas veneráveis figuras e dos setores sociais que repre- sentam.

No campo econômico, o quadro também é desolador. O sempre otimista Delfim, em uma de suas últimas revoadas inter- nacionais em busca de dinheiro, ou para dar explicações aos cre- dores, já lhes preparou o espírito de que a economia poderá voltar a crescer nos ritmos desejados só por volta de 85 ou 86.

Em 1982, vamos nos contentar com magros 4% ou 5% de taxa de crescimento sem que se garanta que a inflação mantenha sua tendência decrescente. Ao contrário, talvez como o Figuei- redo, ela recrudesça. As medidas adotadas para reativar a econo- mia não poderiam ser piores, não se toca nas verdadeiras cau- sas da inflação e se volta nova- mente a ampliar os prazos de compra a prazo, se reativa nova- mente os bens duráveis com ten- tadores financiamentos.

Dessa forma, o que nos espera pela frente será a manutenção da crise. Se adicionarmos a esse quadro a normal agitação polí- tica de um ano eleitoral não é descabido pensarmos que ao invés do general presidente desta vez seja o povo que "expluda".

Nessa conjuntura propícia para o desenvolvimento da luta e organização popular, nosso parti- do, no entanto, ainda encontra- se desarmado para enfrentar o problema. Mas, felizmente, começam a surgir alternativas políticas em seu interior que apontam soluções.

O PT tem se saído relativa- mente bem no enfrentamento das lutas reivindicatórias, no crescimento junto aos trabalha- dores e no processo de constru- ção partidária. E mesmo que ainda dependa da prova dos 5% das urnas, inegavelmente, está crescendo, se consolidando nacionalmente e azeitando sua estrutura interna de deliberação e ação.

A grande lacuna do PT continua sendo a falta de uma definição ofensiva no enfrentamento do regime militar: a Constituinte.

O PT tem marcado sua orien- tação política por eixos centrais fundamentalmente corretos. Em primeiro lugar, consolidar a organização independente dos

trabalhadores, alicerce básico para conduzirmos qualquer política classista neste país. O partido engaja-se, também, na extensão sindical desta proposta que é a construção da Central Única dos Trabalhadores, tarefa sindical inadiável de todos aque- les que buscam uma alteração real na relação de forças na sociedade.

Essa tarefa deve estar presente na sindicalização de todos os filiados ao PT, na iniciativa de Centrais Únicas regionais e municipais, no desenvolvimento diário das lutas aprovadas na Conferência das Classes Tra- balhadoras em 1981.

Em segundo lugar, tácita ou explicitamente, o PT está propa- gandeando, educando seus mili- tantes e simpatizantes na pers- pectiva de **um governo dos trabalhadores**. Isso não só consoli- da seu caráter classista mas demonstra também que não basta o fim do regime militar, pois atrás dele se esconde o governo dos patrões, o estado capitalista.

Muitos podem afirmar que isso basta para enfrentarmos 1982. Que, com casuismos ou sem eles, o PT correrá em faixa própria. Marcará sua presença, sairá mais forte e organizado das eleições.

Ora, isso não basta. Nosso objetivo não é uma eleição, mas sim o fim do regime militar. E, os momentos de crise de uma socie- dade não dependem de nossa vontade nem se subordinam ao nosso acúmulo de forças ideal. Fazemos política em condições que criamos, mas, fundamental- mente, em circunstâncias histó- ricas objetivas que não determi- namos pelo simples desejo.

O ano de 1982 certamente será um ano de profundo desconten- tamento popular determinado pela crise econômico-política vivida pelo regime aliada a uma enorme desmoralização do PDS e demais correntes que susten- tam a ditadura.

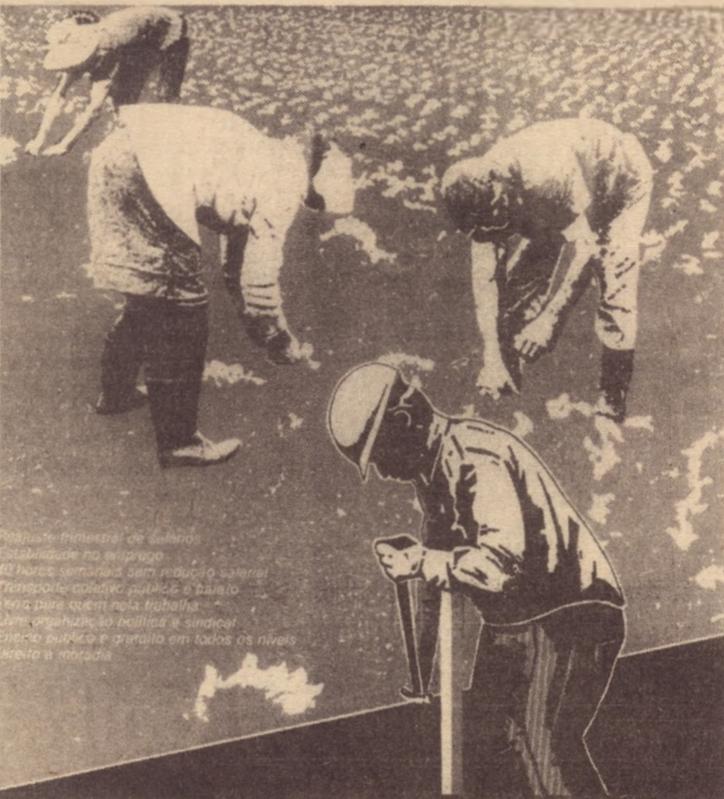
É o ano, portanto, de teste decisivo para as correntes oposi-cionistas mostrarem sua compe- tência diante do momento histó- rico que vivem. É o momento crucial para que as intenções se transformem em gestos e que as grandes massas populares en- contrem uma alternativa, uma

direção política para seus an- seios longamente reprimidos.

Vivemos um momento em que não interessa às massas des- culpas ou respostas de que ainda somos fracos ou que as iniciati- vas devem ser dos partidos opo- sicionistas maiores do que nós. Ou respondemos corretamente à

explorados e oprimidos da nação. Temos que romper com o desdém, o purismo e, por vezes, até o sectarismo que ainda mar- cam nosso partido no trato das ações conjuntas com outros par- tidos oposicionistas.

Há pouco, no Rio Grande do Sul, o PT promoveu junto com



conjuntura ou pagaremos um alto preço na construção do nosso partido por não apresen- tarmos uma alternativa con- creta de luta para o conjunto dos explorados e descontentes.

Para derrotarmos o regime militar precisamos uma profunda mobilização popular unitária que o PT não fará sozinho.

Essa mobilização profunda necessita, no entanto, da iniciativa daque- les setores que estão realmente comprometidos com os interes- ses dos trabalhadores, das clas- ses populares do país. É na luta unitária dos setores oposicionis- tas que o PT construirá sua hegemonia política frente aos

A Assembléia Constituinte é a forma correta de mediarmos nossa luta sindical e reivindica- tória, e a perspectiva de um governo de trabalhadores; esta última, uma palavra de ordem de propaganda e que, evidente- mente, NÃO unifica outros seto- res oposicionistas que se dis- põem a lutar contra o regime militar.

A bandeira da Constituinte globaliza um conjunto de reivin- dicações democráticas que inter- essam aos trabalhadores e os mobilizam no cotidiano, como: pleno direito de greve, plena liberdade de organização sindi- cal e político-partidária, fim da Lei de Segurança Nacional, fim dos casuismos eleitorais, retorno do poder dos legislativos (muni- cipal, estadual e federal) de deci- direm para onde vão os recursos públicos e da política fiscal e tri- butária etc. Para isso, o PT não precisa abrir mão de outros pontos de seu programa nem de seus objetivos estratégicos. Ne- cessita, isto sim, é levar essa ban- deira para as massas, torná-la popular, compreendida, anexan- do inclusive outras propostas que nós levaremos para uma assembléia desse tipo, como a nacionalização do comércio exterior, do setor financeiro, da gratuidade dos serviços básicos como escola, saúde etc. Enquan- to a Constituinte permanecer nas mãos dos liberais não pas- sará de mera formalidade jurídi- ca.

A Assembléia Constituinte não é algo estratégico, que por sua simples convocação garan- tirá mudanças profundas no país. Igualmente, ela não se res- tringe ao círculo de giz "de que a Constituinte que queremos não podemos e a que podemos não queremos", como já afirmou um texto de nossa Executiva Nacio- nal, mas sim a uma relação de forças que conseguirmos manter em cada conjuntura. É **uma bandeira essencialmente tática de alternativa e luta unitária contra o regime militar**. Nossa ação em seu interior correrá os mesmos riscos, compromissos e vanta- gens para a luta popular, que assumimos hoje ao disputarmos um processo eleitoral parlamen- tar.

A democracia interessa aos trabalhadores. Ela não é uma conquista nem uma propriedade da burguesia, mas sim é fundamental na construção da sociedade socialista que queremos.

Não são as massas que temem a liberdade e a democracia; são os generais, os burgueses, os patrões que sempre patrocinam golpes anti-democráticos. Basta um mínimo de História para vermos na América Latina quem não sobrevive sem as ditaduras. É na luta democrática e pela emanci- pação nacional que os trabalha- dores forjarão sua liderança política frente à grande maioria da sociedade.

(*) Raul Pont é vice-presidente do PT gaúcho, membro do Conselho Edi- torial do EM TEMPO e acaba de ser lançado oficialmente candidato do partido ao senado pelo Rio Grande do Sul.

O PT e o socialismo

A grande acolhida que teve o debate lançado por EM TEMPO em sua edição especial de fim do ano passado revelou que o tema é extremamente oportuno para a discussão atual junto a milhares de petistas. É neste sentido que procuraremos daqui para a frente, nas edições regulares, estarmos sempre alimentando o debate com novas colocações sobre o assunto. Aqui, falam dois dirigentes do partido:

SKROMOV

Socialismo só com democracia direta

Paulo Skromov é presidente do Sindicato dos Coureiros de São Paulo e membro do Diretório Nacional do PT.



Como você vê a definição do PT pelo socialismo, sobretudo neste momento em que se dão os acontecimentos da Polônia?

— O surgimento do socialismo científico no século passado tornou possível a planificação e a organização da produção e da distribuição em função do conjunto da sociedade. Tornando possível o controle sobre estes fatores decisivos foi o materialismo histórico quem conferiu viabilidade aos ideais de igualdade, liberdade, justiça e fraternidade.

O marxismo, além disso, apontou também os meios para se obter o controle sobre estes poderosos fatores objetivos. Apontou o papel da classe operária como o grande agente emancipador não apenas do proletariado como de toda a humanidade.

Porém a história do movimento operário desde 1848 revelou que o caminho para a conquista do socialismo é extremamente complexo e espinhoso. A espetacular vitória de outubro de 1917 na Rússia suscitou esperanças de que ali se iniciava a ofensiva final contra a exploração capitalista.

Mas o ímpeto de 1917 foi contido nos

anos 20 e 30 pela barbárie stalinista e fascista que se ergueram como muralhas contra a maré revolucionária.

Vitorioso em seu país atrasado, o proletariado russo deu início à construção do socialismo sob condições extremamente desfavoráveis: atraso histórico do país, isolamento internacional, guerra civil, esgotamento das reservas, destruição e anarquia de parte considerável de suas forças produtivas etc. A conjugação de todos estes fatores produziu o fenômeno de uma rápida e profunda burocratização do



O caminho para a construção do socialismo se revelou muito mais complexo e espinhoso do que Marx e Engels poderiam pensar.

jovem Estado operário. Em poucos anos, a burocracia, agindo como carta privilegiada, apoderou-se inteiramente do controle sobre o aparelho de estado passando a administrá-lo em seu próprio proveito. E essa degeneração do Estado operário soviético fez-se em nome da continuidade da revolução e da "construção do socialismo".

Os episódios recentes do golpe militar polonês e do processo de "normalização" que se instaurou no país contra a classe operária ilustram bem os fins e a forma pelos quais esta burocracia utiliza do socialismo para reprimir o verdadeiro movimento socialista.

— Como você vê depois disso tudo a imagem do socialismo?

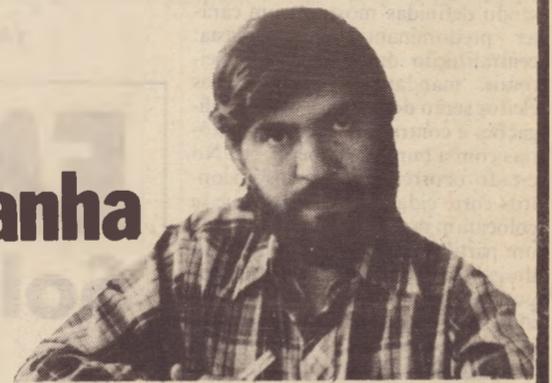
— Estes fatos desgastaram e desgastam a bandeira do socialismo. Mas a proposta do socialismo científico conserva toda a sua objetividade e, o mais importante, os mitos criados pela social democracia e o stalinismo segundo os quais o socialismo pode ser construído sem classe operária ou contra a classe operária, ficam a cada dia mais desmascarados. Diante da falência moral e política do socialismo burocrático e social democrata, readquire toda sua dimensão e atualidade o socialismo científico concebido por Marx e Engels. Este é inseparável da classe operária e de sua democracia direta.

Se não fosse assim, um jovem e pujante partido como o PT não revelaria como revelou através do discurso de Lula na convenção nacional de agosto de 1980 uma tão profunda preocupação em distinguir sua concepção democrática de socialismo das concepções degeneradas pela burocracia stalinista e social democrata. E Lula não encontrou melhor formulação para expressar sua concepção de socialismo senão citando a velha máxima: a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

IBRAHIM

O socialismo tem que entrar na campanha

José Ibrahim, dirigente sindical cassado em 1968, é membro da Comissão Executiva Nacional do partido.



Qual a importância que você vê nesta definição do PT pelo socialismo?

— A importância está na própria essência do PT. A partir da materialização da idéia mesma do partido veio vindo sua definição num rumo socialista. Isto é, um partido dos trabalhadores, contra a opressão e a exploração, só pode ser um partido socialista. Isto era claro desde o começo. Porém com o discurso de Lula na convenção nacional a coisa ficou mais clara. Pois não bastava ser socialista, não bastava a palavra. Hoje em dia ser socialista, ou se dizer socialista, não define muita coisa. Foi para isso que veio o discurso e é para isso que a discussão deve continuar. Pois veja: a repressão agora na Polônia se fez em nome do socialismo, mas é, claro que o socialismo de Jaruzelski é diferente daquele dos operários de Gdansk.

— Além de ser contra a social-democra-

Não basta dizer-se socialista, pois é claro que o socialismo dos operários de Gdansk é completamente diferente do de Jaruzelski

cia e a burocracia soviética, mais além disso o que lhe parece deva ser o socialismo do PT?

— O programa do partido coloca a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, sem explorados nem exploradores, isto é uma sociedade socialista. Mais além disso, temos que deixar claro que o socialismo não é incompatível com liberdades democráticas no sentido de condições para uma intensa e efetiva participação do povo. Participação e controle direto da produção, do Estado etc. E mais liberdade e autonomia sindical, tanto em relação ao estado como aos partidos políticos. Eu acho que a liberdade e autonomia sindical

são não apenas possíveis mas imprescindíveis mesmo no socialismo. É claro que tudo isso implica numa crítica das experiências européias, seja da social democracia como do leste europeu. Pois o socialismo quer dizer precisamente isso: uma forma de organização econômica, política e social superior, com expressiva participação e controle da massa organizada.

— Como você as experiências atuais de socialismo?

— Temos que estudá-las com carinho dentro do partido, desde a russa até a cubana, e nicaraguense. São todas experiências da luta internacional dos trabalhadores e que nos dizem respeito de perto. São importantes não como modelos que supostamente deveríamos escolher e adotar mas sim como ensinamentos de erros e acertos. Nicarágua em particular é muito importante hoje pelo grau de participação popular que tem demonstrado conseguir em meio a conjunturas

internas e externas extremamente difíceis.

— Como você acha que esta discussão do socialismo deveria andar dentro do partido?

— Hoje já é viável e importante a produção e circulação de textos para este debate. As iniciativas neste sentido são portanto importantes, e aí se inscreve, creio eu, este esforço agora de vocês. Por outro lado na plataforma eleitoral do partido para este ano devemos inserir já a questão do socialismo. As eleições são um momento muito preciso para esta propaganda. Assim, além das denúncias e reivindicações em cima das questões mais imediatas, o PT tem também que aproveitar as eleições para a propaganda da sociedade pela qual luta.

Portanto, acho que esta discussão tem que ser feita desde já para cumprir tanto este papel externo nas eleições como aquele papel interno na própria conformação do PT como partido dos trabalhadores.

RIO

Comitês unitários para a campanha

A pré-convenção regional do PT RJ, com uma previsão de 600 delegados será realizada dias 23 e 24 de janeiro. Entre as questões centrais a ser resolvidas estarão a tática eleitoral, a escolha dos candidatos majoritários estaduais e os eixos de programa.

No processo de preparação desta plenária, iniciado em novembro, o partido vem conseguindo remobilizar os militantes e, ao mesmo tempo, resolvendo pela base a principal questão que se colocava quando se iniciaram as discussões: que tipo de participação o PT deveria ter nas eleições. Há hoje uma avassaladora tendência nos núcleos a defender uma campanha unitária do partido, contrária à individualização e proliferação dos comitês individuais. A plenária de Nova Iguaçu, uma das seções mais importantes do PT fluminense, aprovou por consenso, as propostas de campanha unitária (comitês unitários, fundo comum, direção centralizada da campanha) ao mesmo tempo que afirmava o princípio da independência política do PT e dos trabalhadores. Em Volta Redonda, o Diretório Municipal também se posicionou desta maneira.

E, o Diretório Regional, que em novembro propunha por uma maioria apertada medidas para uma campanha de caráter partidário, tratou agora, na sua última reunião do dia 10, desta questão de uma maneira praticamente consensual.

O Diretório vai propor à plenária regional a formação de comitês eleitorais unitários por região logo após a plenária, o início imediato da mobilização do partido para arrecadação de recursos para o fundo eleitoral comum e, ainda, o princípio de que o partido permanecerá atuante em todas as frentes neste ano eleitoral. Neste sentido, os membros da direção executiva que forem candidatos deverão licenciar-se e a direção deverá ser recomposta com novos membros.

No curso deste debate, cujo grande saldo até agora, é a afirmação do PT como partido dos trabalhadores independente, começa a surgir a discussão sobre as candidaturas majoritárias estaduais. Na medida em que estas candidaturas vão ser decisivas para a apresentação do PT aos milhões de trabalhadores e oprimidos do estado é necessário que expressem o caráter do PT, como partido totalmente independente das classes dominantes, como partido de trabalhadores.

(Da Sucursal)

FINANÇAS

EM 82 VOTE PT

Atenção, núcleos do PT de todo o Brasil:



A Secretaria de Finanças do PT/RJ e o jornal **EM TEMPO** estão vendendo calendários "PT-82".

Preço unitário: Cr\$ 60,00
10 unidades: Cr\$ 500,00
100 unidades: Cr\$ 4.000,00

Envie cheque nominal para **EDITORA APARTE S/A**
Rua Senador Dantas, 117
sala 1414 - 20031
Rio de Janeiro.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Goiás Vários nomes para governador

A pré-convenção goiana se dará num momento de grande importância para o PT no estado. A ação do partido caracteriza-se ainda por uma prática bastante desorganizada, onde a direção não tem se feito presente de maneira satisfatória. Entretanto, as posições com relação à tática eleitoral e programa de governo que vêm sendo definidas mostram um caráter predominantemente classista: centralização das campanhas eleitorais, mandatos dos candidatos eleitos serão do partido, contra coligações e contra políticas conciliatórias com a burguesia liberal, etc. No estado ocorreram já vários encontros entre cidades próximas, que se colocaram no eixo de construção de um partido realmente dos trabalhadores, sem conciliações com a burguesia. Contudo, ainda existem alguns setores que, apesar de minoritários, continuam propagando propostas de capitulação. O debate tem se intensificado e várias propostas de programas estão surgindo, onde fica claro que os problemas enfrentados pelos trabalhadores não serão resolvidos dentro do capitalismo, sendo que alguns textos colocam explicitada a questão do socialismo.

Candidatos a governador

Também nesta pré-convenção deverão ser definidos os candidatos do PT aos cargos de governador, vice-governador, senador e suplente. Nas reuniões regionais (realizadas entre cidades próximas) o nome mais levantado para governador foi o de Athos Magno da Costa e Silva (atual presidente regional). Também estão sendo bastante levantados os nomes de: Milton Resende (pres. do Sindicato rural de Anápolis), Nelson Teles (membro da

Comissão pró-CUT, trabalhador rural), Antônio Alonso (sec. do Sindicato rural de Bela Vista) e Pedro Wilson (sec. do Diretório Estadual do PT e prof. universitário). Seguramente, esta pré-convenção será um ponto importante na história do PT em Goiás, tendo bastante condições de aprofundar a discussão política e fortalecer a direção regional.

(Américo Bernardes)

Bônus

A campanha de venda de bônus para o jornal nacional do PT, lançada em final do ano passado, só agora começa a intensificar seu ritmo, devido a atrasos na distribuição dos bônus aos estados. O retorno financeiro ainda é bastante pequeno, afirma Perseu Abramo, editor chefe do futuro **Jornal dos Trabalhadores**, nome já aprovado para o periódico. Mas, continua Perseu, com 90% dos bônus já distribuídos e através de um critério ponderado de quotas de venda para cada diretório de base, teremos condições de em começo de março lançar a primeira edição do jornal.

Por outro lado, consultas estão sendo feitas para se definir a melhor forma jurídica de constituição da editora que irá lançar o jornal e para as próprias características jornalísticas do projeto.

O adiamento da pré-convenção nacional

Reunida na semana passada, a Comissão Política da Executiva Nacional do PT apreciou a conjuntura nacional criada com as marchas e contra-marchas do golpe que o regime está lançando contra as eleições, e resolveu consultar os membros do Diretório Nacional do partido sobre o adiamento da pré-convenção nacional do PT que, em princípio, estava marcada para final de janeiro. As incertezas sobre as

regras eleitorais ainda são grandes, o que faria das deliberações da pré-convenção, nestas circunstâncias, provisórias. E, dada a dificuldade de se realizar duas reuniões deste nível agora no começo do ano, a Comissão Política entendeu que o melhor seria um adiamento, em princípio para a data de 27/28 de março. No entanto, somente após o retorno das consultas, é que a Comissão Executiva tomará uma deliberação final sobre o tema.

EM TEMPO: Solidariedade

com Solidariedade

A mais completa informação, análise e defesa da luta dos trabalhadores em todo o mundo pela construção da democracia socialista.

Faça já a sua assinatura!

Cadernos EM TEMPO

Nº 1 - O PT E O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO NO BRASIL:
Uma discussão de grande atualidade - a construção do PT frente à concepção marxista de partido revolucionário (2ª edição) Cr\$ 100,00

A Editora Aparte ●
Rua Francisco Leitão, 57
● Pinheiros ● São Paulo
● CEP 05414
● Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque n.º
por uma assinatura anual

Apoio Cr\$ 3.000,00 ()
Comum Cr\$ 1.500,00 ()
Exterior US\$ 50,00 ()

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:



Polônia urgente

Na noite de sábado para domingo (12 e 13 de dezembro de 1981) o exército polones toma o poder. Um correspondente da AFP em Varsóvia, relata, hora a hora, os primeiros momentos do golpe para o jornal francês Liberation do dia 14. Aqui, um resumo.

• Sábado, 23 horas: Varsóvia é isolada do resto do mundo.

O correspondente da AFP na Polônia se encontra na sede do Solidariedade da seção de Varsóvia. Ao telefone, os responsáveis pelo sindicato se enervam: tentam, em vão, contactar Gdansk onde a Comissão Nacional do sindicato está reunida desde sexta-feira. Duas horas antes, soubera-se que o Solidariedade havia tomado duas decisões: greve geral se o governo suspendesse os direitos sindicais e organização de um referendun no interior do sindicato sobre o regime polonês.

O correspondente da AFP se dirige para a sede da agência ali perto. O telefone e o telex estão cortados. Todas as gências estrangeiras estão na mesma situação. Varsóvia está isolada do resto da Polônia e do mundo.

• Domingo, meia-noite: O Solidariedade em Varsóvia é ocupado

Uma dezena de caminhões da milícia cercam a sede do Solidariedade em Varsóvia. Centenas de milicianos uniformizados, armados com longos cacetes, descem. Os correspondentes estrangeiros são barrados.

• Domingo, 1 hora: A grande operação começa.

A AFP recebe uma mensagem da mãe de Krzysztof Sliwinski, chefe da seção internacional do Solidariedade-Varsóvia. O dirigente sindical acaba de ser preso em sua residência. O correspondente da AFP dirige-se para o local. Encontra o apartamento completamente revirado: foi uma operação pente fino. Rumores correm em Varsóvia: o exército se movimenta por todo o país principalmente em Lublin e em Gdansk. Não se tem nenhuma notícia da direção do Solidariedade reunida em Gdansk.

• Domingo, 3 horas: A direção do Solidariedade é presa

A Polícia bloqueia as entradas da Universidade e da Escola Politécnica na praça da Unidade Popular em Varsóvia. Nesse mesmo instante, em Gdansk, ela cerca os hotéis Sopot, Monopol, Novotel e Hevelius. Pouco depois da meia-noite, logo que terminara sua reunião, os delegados da comissão Nacional do Solidariedade haviam se hospedado neles.

A reunião havia terminado em clima de forte tensão: chegara a notícia de movimentos suspeitos de tropas. Os delegados da Alta-Silésia se dirigiram diretamente à estação, para voltar para casa. Inclusive Lech Walesa. Mas a maioria dos membros da comissão foi dormir nos hotéis. Ali, foram detidos com a maior facilidade.

Os enviados especiais da AFP e da agência italiana ANSA estão a caminho de Varsóvia em companhia de Bronislaw Gemerek, um dos principais dirigentes sindicais, amigo pessoal e conselheiro de Walesa. São detidos por duas vezes em barreiras e finalmente presos por 4 horas numa delegacia. Mas apenas os jornalistas estrangeiros são autorizados a voltar à Varsóvia. Gemerek fica detido e não se tem mais notícias dele. Já bem perto da capital passam por uma coluna de 39 blindados. Tanques marcham sobre Varsóvia.

• Domingo, 6 horas: Jaruzelski proclama o estado de sítio

Ao final dos últimos acordos do hino nacional polonês, o general Jaruzelski, 1.º ministro e secretário geral do POUP anuncia com voz monótona, em cadeia nacional de rádio e televisão, que o "estado de guerra" (estado de sítio) está decretado na Polônia desde a meia-noite. Anuncia ainda a prisão de "dirigentes extremistas" do Solidariedade assim como a de personalidades tidas como responsáveis pela crise, entre as quais o ex-número um do partido, Edward Gierak. Todos serão levados à corte marcial. Essas medidas foram tomadas por uma Junta Militar de Salvação Nacional. O exército tomou o poder na Polônia.

• Domingo, 7 horas: Moscou dá sua benção.

"A Polônia permanecerá sendo um elo indefectível da comunidade socialista" afirma a Rádio-Moscou ao anunciar o estado de sítio na Polônia.

• Domingo, 9 horas: O primaz reza à Virgem Negra.

O primaz da Polônia, Mgr. Josef Glemp, celebra a

missa diante da Virgem Negra de Jasna Gora, 200 kms a sudoeste de Varsóvia. Seguiu os acontecimentos durante toda a noite. O general Jaruzelski dissera que claramente "contava com a atitude patriótica da Igreja". Há poucas pessoas diante das Igrejas nessa manhã de domingo em que as aglomerações estão proibidas. A transmissão da missa pela televisão, conquistada pelos acordos de Gdansk, foi suspensa.

• Domingo, 11 horas: Os sindicatos são suspensos

Comunicado da Junta Militar "por causa do estado de sítio foi necessário suspender as atividades sindicais". "Os meios de comunicação foram ocupados pelo exército que além disso controla toda as regiões do país". "Os comissários militares aplicarão rigorosamente a lei contra qualquer incitador de tumultos ou greves". Na rua, os muros estão cobertos por cartazes militares pregados durante a noite relacionando as proibições do estado de sítio. Em frente à sede do Solidariedade-Varsóvia, ocupada pela milícia, um pequeno grupo de jovens sindicalistas erguem a braçadeira do Solidariedade.

• Domingo, 12,30 horas: Lech Walesa negocia.

É confirmada a prisão dos dirigentes do Solidariedade reunidos em Varsóvia. Walesa está em liberdade. As autoridades teriam colocado a alternativa: ou a prisão ou a negociação. Walesa escolheu negociar. Entraria em discussão com Ciosek, o ministro dos sindicatos. Simultaneamente é anunciada a instauração do toque de recolher das 22 às 6 horas.

• Domingo, 13,30 horas: Ursus conclama à greve geral

A seção Solidariedade da usina de tratores de Ursus, na periferia de Varsóvia, lança um apelo de greve geral num panfleto distribuído pelas ruas da capital. Inúmeros militantes sindicais se reúnem diante da sede ocupada do Solidariedade. A milícia intervem para dispersar uma multidão de aproximadamente 2.000 pessoas que cantam Deus salve a Polônia.

• Domingo, 15 horas:

A junta militar expõe os motivos

A cadeia nacional de rádio e televisão passa à leitura de uma longa exposição de motivos do estado de sítio redigida pela Junta Militar com base no artigo 33 do segundo parágrafo da Constituição da República. Termina dizendo que a Junta Militar é um órgão provisório que funcionará até que a situação seja normalizada. De hora em hora a Junta expedirá comunicados.

• Domingo, 16 horas: Washington observa.

A televisão americana afirma que "nada indica que os soviéticos se preparam para intervir na Polónia".

• Domingo, 17 horas:

Vigora a economia de guerra.

"A economia polonesa está militarizada" anuncia outro comunicado. "Os trabalhadores das empresas militarizadas serão considerados em seu trabalho, como soldados em serviço ativo. Em caso de desobediência, serão punidos segundo as disposições da lei militar".

• Domingo, 17,30 horas:

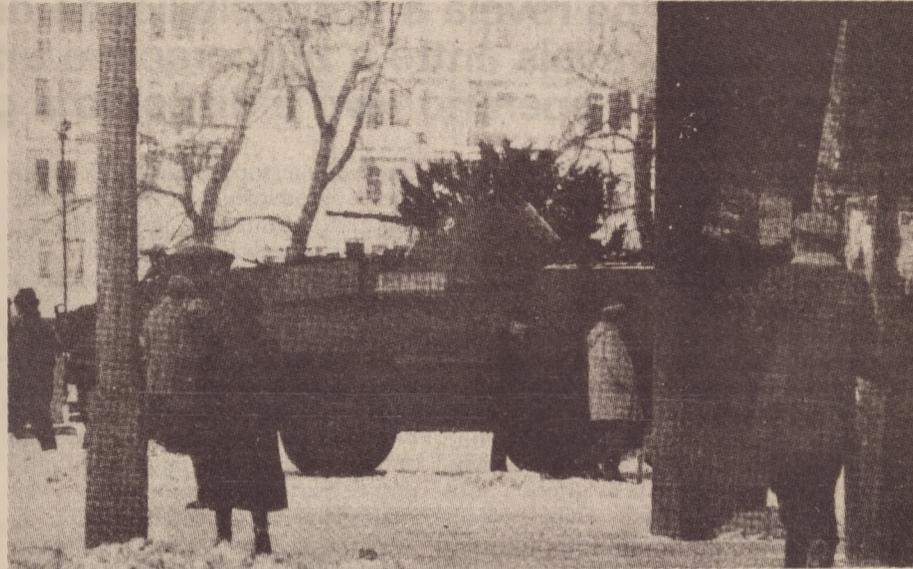
Os estrangeiros poderão ser presos

Os estrangeiros não podem entrar no país, mas aqueles que já estão podem sair, anuncia a embaixada da Dinamarca, em Varsóvia. Os que ficarem, poderão ser presos se "suas atividades ameaçarem os interesses da Polónia". Enquanto isso, a cadeia nacional de rádio e televisão anuncia que todas as escolas estão fechadas até segunda ordem. O parlamento entra em recessão.

• Domingo, 18 horas:

O fim do sábado livre.

Uma das primeiras conquistas do solidariedade cai por terra. Não se terá mais sábados livres, anuncia novo comunicado. A jornada de trabalho poderá ser estendida para 12 horas. As licenças remuneradas estão restringidas. No campo, os produtos alimentícios poderão ser requisitados a qualquer momento, pelo Estado.



Os operários poloneses não estavam nem estão lutando contra o socialismo. Pela simples razão de que o socialismo não existe na Polónia. Os capitalistas de todo o mundo aproveitam hoje para dizer que a luta dos companheiros polacos prova a perversidade do socialismo. Outros, mais sutilmente, explicam que há um socialismo nas idéias, uma utopia maravilhosa mas, lamentavelmente, impraticável. A Polónia mostraria o rosto do socialismo real.

A falsidade dessa propaganda, porém, é facilmente comprovável. Basta ver como os banqueiros de todo o mundo apoiam a Jaruzelsky. Qualquer leitor atento pode ver que por trás das hipócritas lamentações da Igreja e das medidas adotadas por Reagan, há um suspiro de tranquilidade porque, por fim, os operários polacos já não subvertem a ordem de toda a Europa Central e se mostram como exemplo para os trabalhadores do mundo inteiro.

Não é por acaso que a Igreja polaca conclamou, no momento do golpe, a evitar a resistência e evitar um confronto maior. A igreja jogou um papel decisivo o na desmobilização dos trabalhadores poloneses.

Um ano atrás, a representante do KOR na Suécia, Maria Borowska falava: "a hierarquia da Igreja é um dos principais apoios da burocracia no poder e apesar de querer ganhar espaço e consolidar seu poder, não tem qualquer interesse em mudar radicalmente o sistema. No momento decisivo, a Igreja ficará do lado dos burocratas". Os acontecimentos confirmaram inteiramente suas palavras.

A propriedade estatal dos meios de produção e a planificação econômica não bastam para que uma sociedade seja socialista. Sem gestão direta dos trabalhadores, sem liberdade, sem o aprofundamento constante da transformação no país e a luta permanente para acabar com o capitalismo no

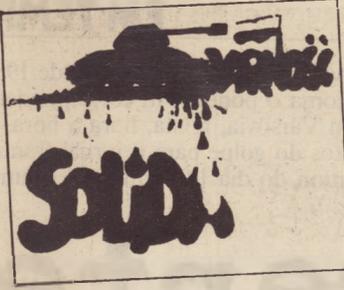
mundo inteiro, não há socialismo.

Mas a Polónia, como os restantes países do leste, são Estados Operários, sociedades em transição onde desapareceu e a propriedade privada dos meios de produção e o poder não está em mãos dos burgueses. Assim se explica a dualidade da Igreja e a feroz campanha de calúnias dos capitalistas. E assim se explica, também, a nossa incondicional defesa da Polónia e dos restantes Estados Operários frente ao imperialismo.

A revolução de outubro de 1917 na Rússia foi uma conquista histórica do proletariado mundial. É graças a ela e apesar dos burocratas que as massas trabalhadoras puderam manter suas vitórias no Vietnã, em Cuba e agora na Nicarágua. Porque os Estados Operários são um limite objetivo para o imperialismo. Do mesmo modo que a sua estrutura social e econômica são um limite objetivo para os burocratas que negociam o status quo mundial ao preço da revolução.

Não acreditamos, porém, que a defesa dos Estados Operários possa se fazer ocultando os fatos, tratando de explicar a rebelião das massas trabalhadoras como resultado de uma conspiração da CIA. A verdade é revolucionária. Ainda que os inimigos abertos e encobertos do socialismo possam utilizá-la momentaneamente para a sua propaganda. E a verdade é que os operários polacos estão sendo reprimidos por sua luta pelo socialismo, pelo aprofundamento de uma revolução traída. E estão sendo reprimidos pelo chamado partido comunista polaco com o respaldo da burocracia soviética e os burocratas de todo o mundo.

É necessário ter coragem moral e fortes convicções para dizer essa verdade. E para continuar lutando pela emancipação dos trabalhadores entendendo a profunda e indissolúvel relação que existe entre o combate dos irmãos poloneses e a nossa própria luta.



Da vitória do Solidariedade dependerá o futuro do socialismo que queremos construir.

A luta operária contra a burocracia assassina

por Wagner Cardoso

O golpe revela a impossibilidade de compromissos duráveis entre a burocracia e um movimento operário vivo e disposto a governar.

Durante a madrugada do dia 13 de dezembro último, a burocracia polonesa, apoiada e sob pressão de Moscou, declarou guerra ao conjunto dos trabalhadores. Sorrateiramente, na calada da noite, os stalinistas do POUUP apelaram para o exército para instaurar uma vergonhosa ditadura militar, que recebeu o nome de Conselho Militar de Salvação Nacional. A última instituição que ainda guardava uma certa coesão, viu-se com a incumbência de fazer o que os burocratas do partido único polonês não haviam conseguido até então: dar um basta ao amplo movimento de dez milhões de trabalhadores que ousavam questionar o poder stalinista e pretendiam governar o país! (o que por ironia lhes é garantido pela própria Constituição polonesa).

"Cidadãos da República da Polónia, nosso país está à beira do abismo. Para evitar o aprofundamento do caos político, econômico e social, nós, através do Conselho Militar, declaramos que o país se encontra em estado de guerra a partir da meia-noite de hoje. Não pretendemos dar um golpe de Estado ou implantar uma ditadura de militares. Fazemos isso para assegurar o respeito à lei no país, garantindo o restabelecimento da ordem e da disciplina".

Com este discurso, o general Jaruzelski decretava então no domingo às 2 horas da manhã o tão famigerado "estado de guerra": interdição do sindicato Solidariedade e a prisão de seus dirigentes; militarização dos grandes setores econômicos, onde a partir de agora os trabalhadores serão forçados a trabalhar e passíveis de pena de morte por rebelião; escolas e universidades le-

chadas; interrupção das telecomunicações e proibição de livre circulação; supressão do direito de greve e de manifestação; supressão das folgas nos sábados, recém conquistadas; jornadas de trabalho de doze horas.

Segundo a própria Constituição polonesa, somente em situações excepcionais as autoridades podem recorrer a tais medidas, isto é "quando um perigo passa a ameaçar a segurança do Estado, o conjunto ou uma grande parte de seus territórios". Mas, contrariamente às declarações de Jaruzelski e seus comparsas, o que estava acontecendo durante os últimos meses e principalmente ao longo das últimas semanas, era uma massiva mobilização popular em torno da questão do poder. Quem deve governar o Estado operário: a classe operária e seus aliados, desenvolvendo seus próprios instrumentos de gestão e de decisão, ou a burocracia que se apoia no aparelho de repressão? E o governo dos Trabalhadores passou a ser a proposta da maioria dos dirigentes do Solidariedade, dando mesmo a dinâmica da última reunião da Comissão Nacional do sindicato independente no início de dezembro.

Este golpe de Estado, o "estado de guerra", a lei marcial, foram recursos dos quais a burocracia se serviu para continuar defendendo a sua segurança, seus privilégios, o seu poder. Pois, esta camada social - cujo parasitismo foi posto a nu pelos trabalhadores - só pode administrar e dirigir o país massacrando a classe operária. O Partido Operário Unificado Polonês (POUP) fala em seu programa do "papel dirigente da classe operária" mas na realidade, para poder governar, ele

deve calá-la. O termo "estado de guerra" revela de maneira clara a impossibilidade de compromissos duráveis entre a casta burocrática e um movimento operário vivo, democrático, tendendo cada vez mais a tomar as rédeas do país em suas próprias mãos.

Desde agosto de 1980, todas as conquistas em todos os campos, foram arrancadas arduamente pelos trabalhadores contra uma burocracia odiosa. Incessantemente, o POUUP tentou recuperar terreno, reprimindo. Foram dezesseis meses de lutas e enfrentamentos das massas contra um poder que procurava ganhar tempo, reorganizando seu aparelho de dominação e preparando a contra-ofensiva.

O que estava ocorrendo na Polónia era o avanço da massa trabalhadora face ao caos instaurado pelo governo. A crise profunda do POUUP, seu completo descrédito, a grande deserção de seus membros pertencentes à classe operária, a adesão de grande parte deles aos Solidariedade, obrigaram à burocracia a recorrer mais diretamente e de forma visível ao Exército. - a única instituição que como disseramos anteriormente parecia ainda estar intacta (ver EM TEMPO n.º 139). Basta mencionar que 85% dos membros do exército são membros do POUUP 100% dos oficiais superiores são membros do partido. Como se vê, não se tratava apenas de um ator a mais no cenário, mas sim do exército de "salvação" do POUUP e da burocracia. Exemplo disso é que o general Jaruzelski é o principal dirigente do partido e primeiro-ministro do Estado. A rede estava pois formada.



Marc Bukla/Gamma

O exército, composto majoritariamente de membros do POUUP, era o único instrumento coeso para intervir em nome da burocracia.

Não que esse acúmulo de cargos fosse algo de inesperado. Há vários meses a burocracia preparava sua iniciativa contra-revolucionária. Em março de 1981, imediatamente após a nomeação do general Jaruzelski para primeiro-ministro, um outro general era nomeado para dirigir a região rebelde de Bydgoszcz. Ante as provocações repressivas desse militar, toda a população se insurgiu fazendo o poder central recuar. Um outro general foi também nomeado, contra a vontade do Solidariedade, para a direção da companhia aérea LOT. Os generais começavam a ocupar altos cargos nos ministérios das Minas, dos Transportes, das Ciências e da Universidade, da Educação. O ministério do Interior, instrumento central para toda operação de "normalização", foi posto sob o controle do antigo chefe da segurança militar.

A última cartada da burocracia ao substituir Kania por Jaruzelski, como secretário do partido em 18 de outubro, foi executada com o fervoroso apoio do Kremlin. Desde o primeiro dia de reinado, o general-presidente exigiu imediatamente o fim das greves. Num primeiro momento, diante da reação, ele recuou. Mas, no dia 26 de outubro, grupos armados foram enviados por todo o país "para resolver os conflitos sociais". Esta operação visava desde então legitimar e preparar uma intervenção efetiva do exército. Face a uma administração corrompida e ridicularizada pelas massas, este deveria provar sua rapidez e eficácia.

Paralelamente à instauração desse dispositivo militar, Jaruzelski — com o

apoio da hierarquia católica — tentou a cartada da "concordia nacional". No entanto, o aprofundamento e a radicalização do movimento de massas, o avanço da consciência no seio do Solidariedade da iminência do confronto, a difusão da ideia da "greve ativa" e da autogestão nas empresas (ver EM TEMPO n.º 140), incluindo aí a questão da auto-defesa, impulsionaram os círculos dirigentes do poder burocrático a deflagrar a máquina contra-revolucionária.

O início da contra-revolução

Quando houve a reunião do Comitê Central do POUUP, em 28 de novembro, o general-presidente indicou sem nenhuma ambiguidade aos trabalhadores os termos da alternativa: fim imediato das greves ou estado de guerra. A 2 de dezembro, os 320 membros da Escola de bombeiros de Varsóvia que pleitearam o direito de se organizarem em sindicato, foram expulsos militarmente dos aposentos que ocupavam já há alguns dias. Foi o primeiro teste. Mas, de qualquer maneira, os governantes estavam com isso querendo testar a sua capacidade de intervenção contra as hesitações do Solidariedade.

A partir de 8 de dezembro, todos os meios de comunicação do país começaram a desencadear uma vasta campanha utilizando gravações feitas por "dedos-duros" durante a última reunião da Comissão Nacional do Solidariedade (ver box). A acusação era clara: "O Solidariedade prepara a insurreição. As autoridades são contra,

apoio pelo grande acordo nacional!" Um tema aliás retomado pela grande parte dos PCs europeus.

Quando a 10 de dezembro a Comissão Nacional do sindicato independente reuniu-se em Gdansk, a fim de decidir sobre o referendo sobre os métodos do poder, começaram a circular os primeiros boatos de golpe de estado: Os dirigentes do Solidariedade estavam certos de provar por este referendo que o partido-Estado tinha perdido todo tipo de credibilidade. Entretanto, este último conseguiu ainda contar com o Exército centralizado e coeso, e o golpe foi a demonstração disso.

Jaruzelski utilizou o melhor momento para poder golpear: numa fria noite de domingo, dia em que os trabalhadores estão em suas casas, longe das fábricas tão caras a eles desde agosto de 1980. Ele opôs a centralização do poder burocrático à fraqueza orgânica do Solidariedade. Seu objetivo foi claro: acionar todos os botões para paralisar o país. Para isto os militares utilizaram todos os recursos disponíveis, inclusive a mentira: por exemplo a da pretensa "liberdade" de Walska que estaria negociando com os burocratas foi não só difundida nacionalmente como também veiculada por todas as emissoras europeias e mundiais. Além disso, tentando desempenhar um papel de árbitro, de "salvador nacional", o Comitê Militar anunciou a prisão de Edward Gierk e vários outros "responsáveis pelos erros do passado", na clara tentativa de se descomprometer com os crimes da corrupção e a falência da planificação burocrática.

Os protestos do imperialismo e da Igreja não ocultaram o alívio diante do esmagamento do Solidariedade e dos interesses econômicos preservados.

Mas apesar de tudo, esta mensagem foi bem ouvida pela Igreja polonesa. A hierarquia católica, na pessoa do monsenhor Joséf Glomp, primaz da Polónia, declarou no dia 15 de dezembro que "em nome do valor supremo que é a vida humana, nós podemos nos indignar, protestar, mas sem esperanças de obter resultados satisfatórios pois as autoridades dispõem de uma força que nós não possuímos". Em nome da "vida humana", a submissão é difundida pelo primaz, a todos aqueles que o poder burocrático "vai esmagar sistematicamente, como um rôlo compressor se uma mobilização de conjunto acontecer".

O eixo da intervenção do clero também era claro: "sob nenhum pretexto a concórdia nacional poderá perecer", já-mais poderiam os poloneses recorrer ao "derramamento de sangue", pois "acima de tudo estava a Nação", mais valia "um patriota vivo" do que "um herói morto" etc. Em síntese, com este tipo de consignas o que o clero esperava era uma certa medida conseguiu neutralizar o poder de reação da população. Na realidade, os muitos seguidores do primaz Glomp, além de se verem desorientados pelo golpe militar e pela não reação do So-

lidariedade em função da grande repressão, foram confundidos mais ainda pois "apesar de tudo, o interesse da Nação deveria prevalecer", e neste momento, ele estava nas mãos da ditadura militar de Jaruzelski.

"Não ingerência nos assuntos internos?"

Neste contexto, falar-se em "assuntos internos", "não ingerências nas questões polonesas", etc., além de criminoso é por demais hipócrita. Tanto os PCs de todo mundo, quanto os chefes do imperialismo mundial, como Reagan e Schmidt, sabem que o golpe tal qual foi executado a partir de Varsóvia, estava intimamente ligado não só aos interesses do governo polonês. Houve toda uma pressão por parte dos dirigentes do Kremlin (vide despachos incessantes da Agência TASS, nas últimas semanas) que certamente não mais suportavam a "crise polonesa", como declarou Brejnev horas depois do "estado de guerra" ser instaurado.

A vontade dos oprimidos poloneses de construir seu próprio poder atemorizava não só burocratas stalinistas de todos os matizes e países como também os capitalistas. O exemplo do

Solidariedade se alastrando pelo mundo colocaria em cheque todo tipo de poder anti-operário, stalinista ou capitalista. A grande imprensa e os principais dirigentes capitalistas e "socialistas" de todo mundo, longe de preocupar-se com a sorte dos trabalhadores poloneses, estavam mais do que nunca interessados em sujar o nome do socialismo: Basta ver a maior parte das matérias das agências de imprensa internacionais, assim como a carga histórica e anti-comunista destilada por todos os meios de informação e comunicação. Ninguém em momento algum esteve interessado em organizar campanhas de apoio ao Solidariedade, mas sim servir-se deste golpe sujo dos stalinistas poloneses e soviéticos para manchar a bandeira do socialismo que estava representada na autogestão tão reivindicado pelos poloneses. O próprio boicote tão proclamado pelos Estados Unidos, na realidade não afetaria em nada à burocracia, mas sim iria agravar mais ainda o estado calamitoso de fome do povo polonês. Além do mais, como podemos perceber nos dias imediatamente posteriores ao golpe, os grandes bancos e o Mercado Comum Europeu estavam mais interessados em receber seus dividendos do governo polonês, do que fazer apelos em favor dos "direitos humanos".

É imenso e histórico o ódio do povo polonês contra seus dirigentes e a estabilização não virá com facilidade.

O golpe foi bárbaro. O Solidariedade recuou. Muito mais do que discutir o porquê da não-reação dos mais de dez milhões de trabalhadores organizados no sindicato independente, o importante hoje é dar o máximo de eco aos movimentos de resistência, assim como organizar a todos os níveis campanhas massivas de solidariedade.

O confronto era inevitável (ver EM TEMPO n.º 140), o nível de organização e preparação do povo polonês ainda estava aquém do que exigia o poder de fogo da burocracia. Se por um lado, o Solidariedade avançava bastante a nível regional contando já com suas estruturas bem montadas e democráticas, a nível nacional havia ainda uma grande debilidade. O próprio Congresso realizado no final do ano passado mostrava a fraqueza de centralização do movimento e sua falta de preparação quanto à iminência do confronto.

Outros fatores ainda colaboraram para debilitar o Solidariedade: o papel despolitizador do POUUP, a função histórica e "neutralizadora" da Igreja na massa e a inexperience da direção do sindicato independente.

Mas apesar de tudo o povo reagiu. Já no dia 14 de dezembro, foi formado um Comitê clandestino clamando

toda a população à greve geral. E nos dias que se seguiram verificaram-se amplos movimentos grevistas em Gdansk, Varsóvia e principalmente na Silésia. Foram milhares de trabalhadores que pararam tudo, mas por falta de organização — pois a maioria das direções foi presa — essa resistência foi débil. A violência dos militares foi bárbara. Dezenas de milhares de prisões e mortos incontáveis.

Por ora, tudo o que sabemos é que o movimento de resistência continua. Não se sabe o grau nem o ritmo imprimido pelos dez milhões de trabalhadores. Mesmo a questão da forma a ser adotada atualmente ainda é obscura. Falou-se no boicote à produção e os resultados já se fazem ver. Por exemplo, na fábrica de tratores Ursus, nos arredores de Varsóvia, durante os quinze últimos dias não se produziu um só trator. E isto em se sabendo que todas as usinas estão sendo controladas diretamente por militares.

A única certeza é de que o ódio que o povo polonês nutre contra seus dirigentes é imenso (e histórico). Várias vezes este movimento foi reprimido mas nunca eliminado. Em 1956, 1968, 1970 e sobretudo em 1976 a cena foi a mesma: na hora em que os governantes vêm o tapete ser puxado sob seus pés, recorrem aos tanques. Será muito mais

difícil à burocracia esmagar agora um sindicato de dez milhões de trabalhadores organizados e com uma experiência de dezesseis meses de luta. Sabe-se que para isso o papel da Igreja ainda continuará a ser grande: passa a ser um interlocutor privilegiado entre o poder e os trabalhadores e com toda a carga de "consenso nacional" que isso possa acarretar. O próprio exército foi obrigado a reprimir dezenas de soldados em suas próprias fileiras. As tropas do Pacto de Varsóvia ainda continuam a "vigiar" as fronteiras polonesas, prontas para intervir a qualquer momento, bastando as ordens do Kremlin.

Em síntese, todos os ecos são de que a nível regional o povo resiste, sob as mais variadas formas. Mas para que esta resistência seja realmente efetiva e principalmente para que os trabalhadores consigam realmente instaurar um governo dos trabalhadores em Varsóvia será necessária uma ampla solidariedade internacional com o povo polonês. Para isso o papel do PT é imenso: não só declarações de dirigentes serão necessárias, mas uma efetiva campanha de ajuda e propaganda da revolução política que está na ordem do dia. Da sobrevivência e vitória do Solidariedade, também depende o futuro do verdadeiro socialismo que pretendemos construir.

"Precisamos tomar o poder!"

A última reunião da Comissão Nacional do Solidariedade (KK), realizada no início de dezembro, mostrou bem o tom dos debates e os caminhos a serem seguidos pelos trabalhadores poloneses. Ao mesmo tempo que os burocratas instauravam seu dispositivo militar, em Gdansk, Walska e seus companheiros debatiam arduamente os destinos do país.

Desde o primeiro dia, sexta-feira 11, a radicalização previsível dos delegados se confirmava. A ameaça de medidas de exceção tão faladas pelo general-presidente e seu Parlamento, acelerava as discussões.

Muitos delegados, raivosos manifestavam sua vontade de introduzir no programa de atividade do Solidariedade, uma "ação em favor da realiza-

ção de eleições antecipadas", para o Parlamento e o Conselho do povo (Assembléias locais e regionais).

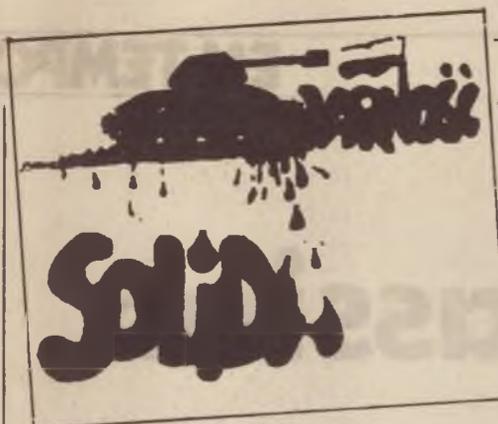
Certo de que o poder não tinha mais direito "moral" para dirigir o país, Jan Rulewski, presidente da combativa seção de Budgoszcz, precisava um referendo entre os membros do Solidariedade a fim de "saber se as autoridades gozam ainda da confiança da sociedade". Rulewski pronunciou-se ao mesmo tempo pela criação de um "governo provisório de transição", cujo papel seria sobretudo de organizar as tais eleições livres.

Face às críticas sobre a passividade do sindicato, Walska justificava: "Eu sempre procurei estabelecer acordos, deixando as coisas se alongarem um pouco, sem provocar o poder. Quería fazê-lo até a próxima primavera,

se necessário fosse, antes de ter que resolver de vez as questões políticas globais. Mas em Radom, após ver a grosseria do poder e a raiva dos trabalhadores, eu percebi que as coisas não podiam mais alongar-se".

A única nota moderada desta reunião foi a do primaz Glomp.

No sábado à noite, a Comissão nacional decidia com cinco votos contra e quatro abstenções, a organização do referendo, sobre "a apreciação e verificação dos métodos atuais de poder praticados pelos órgãos da administração central e regional". A moção foi acompanhada de uma declaração prevendo a greve geral, assim como a "renovação de todos membros do Parlamento e Conselhos populares". E depois veio o golpe.



A resistência apenas começou...

Se é certo que os operários não foram capazes de dar uma resposta articulada ao golpe, é inimaginável que o Solidariedade, com seu enraizamento e legitimidade, tenha sofrido uma derrota definitiva.

A pesar da instauração da "lei do terror", os trabalhadores da Polônia não arrefeceram seus ânimos. "Greve geral" foi a primeira palavra de ordem, acionada pelos cinco membros da Comissão Nacional do Sindicato que estavam na clandestinidade. Os trabalhadores das principais fábricas de Varsóvia, Gdansk, Bydgoszcz, Szczecin e principalmente os mineiros da Silésia ocupavam os locais de trabalho, chegando até a ameaçar tudo explodir, aso as forças militares lá penetrassem.

E assim, destituídos de uma fábrica ocupada, atingidos pela onda de repressão, os operários reiniciavam a greve logo ao voltarem às fábricas. Por exemplo, no sábado 19 de dezembro, a Rádio de Varsóvia anunciava que os empregados dos transportes urbanos, das estradas de ferro, os caminhoneiros, assim como trabalhadores de uma série de fábricas, passavam a ser requisicionados para "auxiliarem o bom andamento" dos meios de transporte. E para ser bem ouvida a Rádio garantia que aqueles que não obedecessem à ordem seriam "passíveis da jurisdição militar" — o que durante o estado de guerra significa a pena de morte por insubordinação.

Apesar do total bloqueio de informações (só a Agência soviética TASS e a PAP polonesa podiam falar) as notícias que chegavam para fora do país informavam que 20% dos trabalhadores em 21 de dezembro boicotaram o trabalho. A TASS falava de "persistência de greves nas regiões de Elblag, Lublin, Katowice e outras". Os poços mineiros de Ziemowit e Piast continuavam, segundo a própria TASS, a serem ocupados por milhares de mineiros. A mesma fonte informava que

o imenso complexo siderúrgico de Huta Katowice permanecia sendo ocupado por oito mil trabalhadores. Aliás, informações asseguravam também que nessa mesma siderúrgica, os próprios soldados levavam a comida para os grevistas.

Jaruzelski utilizou-se da TV para desencadear uma campanha anti-semita contra os dirigentes do Solidariedade ou através de "confissões" de militantes do sindicato que arrendiam-se de terem sido "marionetes" dos "extremistas", "anti-socialistas" do sindicato, manipulados por "agentes imperialistas". A 28 de dezembro, a TV anunciava a prisão de vários sindicalistas, condenados por "terem continuado, em 14 de dezembro, suas atividades sindicais" ou ainda "por terem organizado e dirigido greves e ocupações de fábricas". Assim o poder tenta assustar o povo: mais e mais prisões e o início dos julgamentos que variam de três a sete anos de cadeia por greve. Neste mesmo período a mina de Piast, último bastião ocupado durante duas semanas, era esvaziado pelos soldados.

Se a generalização da greve espontânea, com ocupações tinha dado certo nos primeiros dias, depois a correlação de forças transformou-se e os trabalhadores tiveram que recorrer a outro tipo de resistência. Em Varsóvia e por todo o país, o Solidariedade espalhou já vários comunicados orientando o tipo de ação a ser tomada nacionalmente. O quarto, por exemplo, do início de janeiro, cujo título é o mesmo do boletim do sindicato na região, **Wiadomosci** (Notícias), diz que os trabalhadores passam a partir de agora à resistência passiva — diminuição da ca-

dência de trabalho, sabotagem da produção, etc. Além do total boicote à produção na fábrica URSUS de trator, em Poznam, os trabalhadores produzem sob controle militar, produtos impróprios para o uso normal.

Vencendo o medo

Segundo o mesmo **Wiadomosci**, é na região de Varsóvia que a situação parece "mais complicada", pois uma parte dos habitantes foi aterrorizada pela repressão militar. O Solidariedade da região chama a que "ninguém tenha medo uns dos outros. Passem-vos todas as informações. Estamos sob ocupação, mas não fomos vencidos. Acendam velas todos os dias das 20h às 21h30, em sinal de resistência e de unidade".

Os raros viajantes que voltam da Polônia para Viena, Paris, Londres, contam que todos os dias pode se perceber nas ruas os cartazes colados de decretação de "estado de guerra", pichados em negro ou com a suástica nazista. No campo, os camponeses temem as requisições, escondem o gado e os alimentos, o que aliás é retomado pela rádio oficial que ameaça os camponeses de prisão, "pois diminui violentamente a entrega de produtos agrícolas".

O anúncio do prolongamento do tempo de trabalho, da militarização de quase metade das empresas existentes, da redução da ração alimentar mostra, por sua vez, que a burocracia não está somente interessada em quebrar a organização dos trabalhadores mas esgotar fisicamente os operários.

A grande pergunta que fica no ar é a que diz respeito ao futuro do Solidariedade e conseqüentemente o da estabilidade do novo governo militar. Se é certo que o movimento operário não foi capaz de opor uma resistência sólida e articulada ao golpe, é inimaginável que o Solidariedade, com o seu enraizamento, extensão e legitimidade na classe operária tenha sofrido uma derrota definitiva.

Um bom indício disso reside na impotência do governo em conseguir impor a negociação junto aos setores mais moderados do sindicato. O anúncio do início das negociações feito seguidamente pelas agências oficiais, acabou sendo desmentido e, ao que tudo indica, Walesa teria se negado a negociar enquanto os dirigentes nacionais do sindicato estivessem encarcerados. Numerosos dirigentes do Solidariedade tomaram o caminho da clandestinidade e de lá procuram traçar os fios da resistência. O ponto fundamental agora é a unidade das forças do movimento operário que o governo, desde o princípio quiz quebrar, procurando isolar os setores mais combativos.

Assim, o caminho da "normalização" pretendido pelo general Jaruzelski parece ser o mais espinhoso. Não há como recuperar a economia sem conseguir algum tipo de acordo com os operários e não há meios de fazer isso sem passar pelo Solidariedade. E, mais ainda, se a estrutura do Exército se mostrou apta para reprimir nada indica que ela possa ocupar os espaços e as funções do POUP, este sim visceralmente desmoralizado. Aos operários, esgotados os limites da reforma do sistema, está colocada a tarefa de organizar o caminho para o desmonte da burocracia, o caminho da revolução política.

Da clandestinidade o apelo à greve geral

A palavra de ordem de greve geral foi lançada no dia 13 de dezembro, em todas as empresas do país por cinco dirigentes máximos da Comissão Nacional do Solidariedade (K.K.), que conseguiram escapar à vaga de prisões: Miroslav Krupinski (vice-presidente), Jan Waszkiewicz, Andrzej Konarski, A. Szmiejki e W. Przygodzinski. A conclamação à greve geral declarava:

"O estado de sítio foi proclamado em nosso país com prisões em massa de dirigentes e militantes do Solidariedade. Considerando as atividades das autoridades polonesas antes dos atuais acontecimentos, nosso sindicato já havia tomado algumas medidas, que começam a entrar em vigor a partir de hoje. De acordo com as resoluções adotadas em 4 de dezembro, em Radom, assim como pela decisão da K.K. em 12 último (em Gdansk), nós respondemos à violência pela greve geral.

"Nenhum sindicato, nenhuma organização pode deixar impunemente seus dirigentes serem vítimas da repressão, privados de seus direitos, nem tampouco ver serem limitadas as liberdades dos cidadãos. Engajando-se nesta greve, nós adiatamos já que ela só terá fim quando as autoridades liberarem todos os presos e acabarem com o estado de sítio.

"Somente quando tais condições forem

satisfeitas é que nós retomaremos as negociações visando uma plataforma de acordo com o governo. Lembramos também que esta ação está sendo tomada em conformidade com os estatutos do sindi-

cato e os interesses dos trabalhadores. Esse chamado à greve inclui também a necessidade de provarmos nossa disciplina e a luta pela paz, o respeito à propriedade do Estado e a decisão de evitarmos sempre que

pudermos um enfrentamento desnecessário com as forças militares. Nossa arma é a calma, a honra e a organização no interior das fábricas. Nossa esperança é a unidade e a solidariedade de todos os trabalhadores da Polônia".

Instruções para a resistência

Em março de 1981, após os enfrentamentos de Bydgoszcz, o Solidariedade construiu duas hipóteses de resistência. Primeiro cenário: "O golpe de Estado tomara a forma de estado de emergência, que iria ocasionar uma repressão massiva da parte da MO (milícia) e do SB (segurança) sobre todo o território, depois de ter-se apoderado dos centros de decisão do governo. O primeiro objetivo seria a liquidação do "Solidariedade" e das outras forças democráticas ativas na sociedade como no partido. Haveria prisões e até mesmo a exterminação física de todos aqueles que estão engajados nas atividades sindicais e de oposição ou dentro do movimento de renovação do partido e das organizações. Isto, combinado com uma infima melhoria no aprovisionamento

do mercado, iria desorientar a sociedade e facilitar a sua conquista".

Segundo cenário: "uma intervenção exterior combinada com uma ação repressiva da MO e do SB".

Segundo o Solidariedade, o golpe de estado só aconteceria num momento oportuno, "quando o agressor já houvesse colocado a mão sobre o aparelho das forças da ordem ou quando ele já se preparasse para fazê-lo."

No caso de um golpe de Estado, o Solidariedade querendo evitar a guerra civil, veria apenas uma solução: a greve geral. "Greve de ocupação", transformando as principais fábricas em fortalezas e "greve de auxílio mútuo" para os trabalhadores das pequenas empresas que não deverão ocupar suas fábricas ou seus escritórios. Para isto, foi elab-

orado um plano de mobilização:

— os comitês de greve devem garantir ligações com as outras empresas e a direção do sindicato, a nível regional e nacional.

— as empresas que possuírem seus próprios meios de transportes, que os coloquem à disposição do sindicato. As pessoas que possuírem carros que montem guarda nos hospitais e nos centros médicos.

— a direção das empresas está garantida pelo "Solidariedade".

— os trabalhadores ficam na empresa durante a greve. As entradas e as saídas serão controladas pelo comitê de greve.

— um "serviço de ordem" (esquema de segurança) fiscalizará a empresa durante as 24 horas do dia.

— está proibido possuir ou consumir qualquer bebida alcoólica.

No caso de tentar utilizar a força contra os grevistas, é preciso resistir de maneira passiva (agrupar-se, opor-se às tentativas de ser mandado para fora da empresa etc.), assim como retardar a produção...

Quanto aos camponeses, o Solidariedade previa que eles deveriam esconder e proteger os alimentos. Em relação aos soldados e aos "trabalhadores das forças da ordem", a ordem é de que "numa situação em que as forças anti-nacionais assumissem o controle, o dever patriótico é o de opor-se às suas ordens; os trabalhadores da MO e do SB deverão imediatamente começar a destruir todos os documentos que possam facilitar a exterminação dos poloneses. O dever de cada soldado e de cada miliciano é a defesa da própria vida e dos bens dos cidadãos..."

SOLIDARIEDADE

Foi na França e na Itália onde se registraram as maiores manifestações do movimento operário de apoio ao Solidariedade. Mas o golpe polonês repercutiu nas esferas políticas do mundo inteiro, com grande desgaste para a burocracia.

Por João Machado

dia 15. Em Milão, no dia 13, houve uma manifestação de 15 mil pessoas, convocada por organizações de esquerda (Democracia Proletária, PDUP e LCR). Na França, além de diversas manifestações, foi realizada no dia 21 de dezembro uma greve nacional de solidariedade aos trabalhadores poloneses, que apesar de boicotada pela CGT (ligada ao PCF), foi a maior greve de solidariedade existente nos últimos trinta anos.

A identificação natural dos trabalhadores de todo o mundo com o Solidariedade vem tendo como consequência importante aprofundar a crise da corrente do movimento operário identificada com a burocracia soviética. Na França, dezenas de sindicatos filiados à CGT protestaram contra a vergonhosa posição assumida pela direção da Confederação de apoiar Jaruzelski, e encami-

nharam uma petição onde, entre outras coisas, afirmam que "nós estamos profundamente transtornados e indignados pelos acontecimentos da Polônia, onde as autoridades reprimem com violência inaudita a classe operária e o sindicato Solidariedade, seu principal representante (...). Nós estamos escandalizados pela tomada de posição do burô nacional da CGT que cauciona, de fato, a agressão contra os trabalhadores poloneses. Nós pedimos ao burô nacional, à Comissão Executiva, (...) organizar concretamente o apoio aos trabalhadores poloneses e ao Solidariedade".

O PCI e a social-democracia

Outro agravante importante da crise do stalinismo é a tomada de posição do maior partido comunista do ocidente, o PC Italiano. Inicialmente, ele reagiu dizendo-se "muito alarmado pelas medidas do governo polonês" e condenando "o golpe desfechado contra as tentativas de resolver politicamente a crise". Mas além de não manifestar seu apoio ao Solidariedade, o PCI denunciou "as posições extremistas e irresponsáveis dos dois campos". Posteriormente, o PCI oficializou sua ruptura com o PC da URSS, num documento divulgado no dia 29:

"Precisamos notar que esta fase do desenvolvimento do socialismo, que começou com a revolução de Outubro, exauriu sua força propulsora (...) Os acontecimentos dramáticos dos últimos dias nos convencem, mais do que nunca, da necessidade de se encontrar e seguir modos completamente novos de se restaurar o ímpeto da luta pela democracia e o socialismo em todo o mundo".

Devemos assinalar que com este documento, o PCI identifica de modo absurdo a revolução de Outubro com a burocracia hoje dirigente, e desta forma joga fora a

criança junto com a água do banho.

Os acontecimentos poloneses trouxeram também problemas para a social-democracia. O presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt, fez pronunciamentos muito brandos. Disse que sua Internacional "esperava a próxima libertação das pessoas detidas e a restauração dos direitos sociais" mas que "estava consciente de que palpites não solicitados ou declarações redigidas de maneira dura não ajudariam o povo polonês".

Mas o Presidium da Internacional Socialista adotou uma posição diferente, por iniciativa do PS francês. Não fez uma declaração dando total apoio ao Solidariedade, mas condenou a tomada do poder pelos militares, a repressão que ela desencadeou; solicita que o Solidariedade possa exercer livremente suas atividades e reafirma a necessidade de, conforme os acordos de Helsinque (que oficializaram a distensão entre o Leste e o Oeste europeus) respeitar a independência do povo polonês.

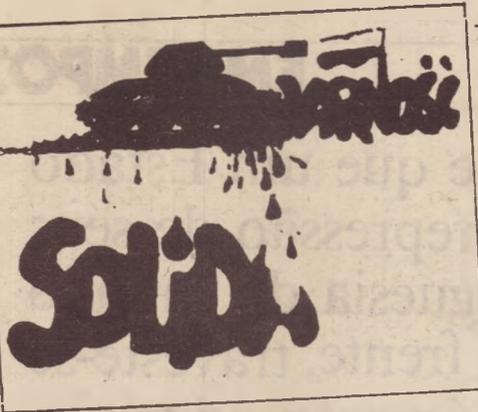
No Brasil

No Brasil, o regime se absteve de fazer algum comentário oficial, embora alguns de seus porta-vozes tenham aproveitado para lembrar os horrores do socialismo.

Do lado do movimento operário, repetem-se a divisão que já vem ocorrendo entre as correntes burocráticas e as que exprimem a independência da luta dos trabalhadores.

Apoiaram o golpe de Jaruzelski o PCB, a corrente do Hora do Povo e Prestes. O PC do Brasil, linha Amazonas, condenou o golpe, mas condena igualmente o Solidariedade.

O PT, obviamente, condenou o golpe e se identificou com o Solidariedade, realizando inclusive algumas manifestações junto com outras forças (ver box sobre a manifestação em Porto Alegre). Segundo declaração do Lula no dia 14 de dezembro, "é inadmissível que um Estado socialista utilize a mesma força que usa o Estado capitalista para conter a organização livre e soberana da classe trabalhadora".



As repercussões internacionais do golpe militar na Polônia foram importantes; desde agosto de 1980 os acontecimentos poloneses vêm repercutindo intensamente em todo o mundo.

Os governos dos países capitalistas, a burguesia mundial em geral, reagiu com lágrimas de crocodilo. O crime cometido pelos generais poloneses, reprimir com a utilização do Exército o movimento operário que luta pelo progresso social, é praticado largamente pelos regimes burgueses pelo mundo afora. Contudo, os defensores do capitalismo não poderiam deixar passar esta oportunidade de explorar os descaminhos dos burocratas.

Quem foi mais ativo na campanha de "denúncia" do golpe polonês foi justamente o chefe do imperialismo mundial, Ronald Reagan. Sua medida mais ousada foi a de tomar, no dia 29 de dezembro, a decisão de realizar sanções econômicas contra a URSS. Contudo, não foi esta a decisão predominante no mundo capitalista, mas sim a posição, mais "prudente", de condenar o regime polonês mas procurar antes de tudo preservar as boas relações com ele (inclusive para reaver os 26 bilhões de dólares investidos na Polônia pelo capitalismo).

Pressão sobre os PCs

No movimento operário, evidentemente, o quadro é completamente distinto. Ele reagiu, em sua grande maioria, em apoio aos trabalhadores poloneses e ao seu sindicato Solidariedade. Com a excessão do setor totalmente alinhado com a política da URSS, que teve de enfrentar grandes problemas por esta sua atitude.

As manifestações foram mais importantes na Europa. Dentre elas, se destacaram as da Itália e da França. Na Itália, houve um consenso do movimento sindical: as três centrais sindicais existentes convocaram no dia 14 de dezembro uma hora de greve de solidariedade, e realizaram em Roma uma manifestação no



Em Paris, a 14 de dezembro: protesto de mais de 50 mil pessoas.

Apoio aos trabalhadores poloneses

Recebemos este documento da corrente usualmente conhecida como "dissidência" do PC do B, isto é, do setor desta organização que rompeu com o Secretário Geral João Amazonas.

Uma ditadura militar foi imposta ao povo polonês. A classe operária enfrenta uma onda de violência e terror apenas comparável à ocupação nazista durante a II Guerra Mundial. Os sindicatos independentes do Estado são sitiados, reprimidos e fechados. Foi decretada a militarização do trabalho. Milhares de trabalhadores enchem as prisões. Uma verdadeira operação de guerra varre as fábricas e as ruas. As precárias liberdades democráticas existentes foram esmagadas a ferro e fogo. O sangue proletário de mortos e feridos mancha o solo da Polônia.

Esse poder na verdade está em crise. Os de cima, uma nova burguesia de Estado, já não podiam governar como antes. Tiveram estes burgueses fantasiados de socialistas de retirar a máscara e recorrer à ditadura aberta. Por outro lado, os trabalhadores já não aceitam viver como antigamente. Os explorados e oprimidos, sujeitos a uma situação de miséria fora do comum, lançam-se à luta. Exigem mudanças na sociedade polonesa. O clima é de uma situação revolucionária.

Um Estado que assim reprime os trabalhadores não é nem operário nem socialista. É um Estado anti-operário. Um Estado burguês que se apoia na mesma exploração capitalista, na mesma escravi-

ção assalariada. E, mais ainda, um Estado dependente do social-imperialismo da URSS e endividado com os monopólios ocidentais.

A resistência ao golpe militar é grande. Persistem as greves e manifestações. Por sua vez, os liberais e reformistas desejam manipular a indignação e a disposição de luta dos trabalhadores e conduzi-los à concórdia com o governo reacionário. Mas, independentemente disso, é essencial que os operários da Polônia façam a sua própria experiência e aprendam com sua luta, mesmo quando esta ainda não aponte diretamente para solução radical da crise, para o autêntico socialismo. Persistindo no combate classista, e vindo a contar com o seu próprio partido, um verdadeiro partido comunista, o proletariado polonês realizará a sua aspiração emancipadora.

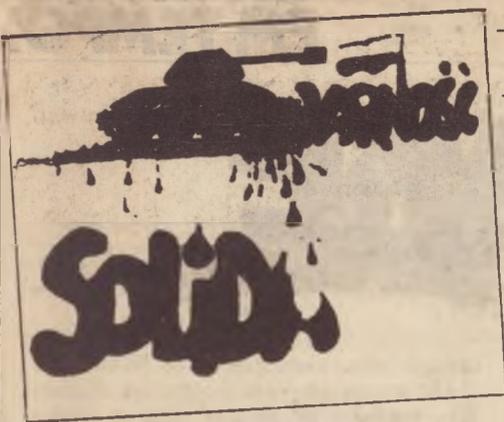
Na resistência heroica que hoje empreendemos contra o regime militar de Jaruzelski, os operários da Polônia contam com a profunda simpatia dos seus irmãos de classe do Brasil. E, naturalmente, com o apoio e a solidariedade internacionalista do PC do Brasil (esquerda), que vê nas suas lutas o germen do socialismo proletário.

Dezembro de 1981



No dia 18 de dezembro, em Porto Alegre, a UEE e os DCEs da UFRGS e UNISINOS apoiados pelo Partido dos Trabalhadores realizaram um ato público de solidariedade aos trabalhadores da Polónia e em repúdio ao golpe militar.

Quase 500 pessoas reuniram-se na praça da Alfandega, no centro da capital, para realizarem seu protesto ao golpe militar na Polónia. Usaram da palavra os representantes das entidades que convocaram o ato público e o PT, único partido político que se fez representar no comício. As manifestações centraram-se na denúncia do golpe, pela imediata libertação dos sindicalistas presos, por liberdades e legalidade para o sindicato Solidariedade, pelo fim do estado de guerra e das prisões em massas que se realizaram na Polónia, bem como contra qualquer intervenção de Estados estrangeiros nos assuntos internos do povo polonês. Após o ato público, houve uma passeata pelo centro da cidade que ao entrar na tradicional rua da Praia foi violentamente reprimida pela Brigada Militar.



Diante do fato de que um Estado “socialista” se lança à repressão de seus trabalhadores, a burguesia do mundo inteiro, Ronald Reagan à frente, traveste-se em defensora do movimento operário. Alguns ultra-stalinistas ampliam até o delírio a confusão chamando o Solidariedade de fascista. Para os socialistas, uma vez mais é preciso saber explicar que “socialismo” é esse, porque ele se desenvolveu, qual o seu lugar na história.

O movimento operário mundial se defronta com um acontecimento terrível. O governo de um Estado que se reivindica do socialismo lançou mão de um golpe militar claramente dirigido contra a classe operária, e vem levando a cabo uma cruel repressão exatamente contra o movimento operário. As esperanças despertadas em todo o mundo pela marcha do sindicato Solidariedade estão sendo no momento, dolorosamente frustradas.

Diante do fato de que um Estado “socialista” se lança à repressão do movimento operário se utilizando de uma junta militar, de uma ditadura militar, a burguesia de todo o mundo, Ronald Reagan à frente, deita e rola. O sinistro chefe do impe-

rialismo norte-americano se traveste subitamente em defensor dos trabalhadores e do povo polônês, das liberdades sindicais, etc.

A confusão que tudo isto cria é explorada com eficiência por ideólogos conservadores, que falam do fim do sonho, da impossibilidade de mudar o “socialismo real”, de que as ditaduras são todas iguais, etc. Outros se esquecem da fome tão comum aos trabalhadores explorados pelo capitalismo, e lamentam as filas que a população polonesa é obrigada a fazer para adquirir alimentos.

Não é, por certo, a primeira vez em que um regime stalinista provoca uma justa revolta e desilusões cruéis. Nem é esta a maior onda de repressão já desencadeada por um regime burocrá-

tico contra militantes do movimento operário.

Após 1936, por exemplo, no período dos “grandes processos” de Moscou, milhares de comunistas, praticamente toda a geração que participou da revolução e dos primeiros anos da construção do socialismo, foi executada ou banida para a Sibéria (e depois em grande parte também executada). Muitos foram os que diante disso se horrorizaram e abandonaram o campo do movimento operário e do socialismo.

Alguns ultra-stalinistas ampliam até ao delírio a confusão chamando o Solidariedade de “fascista” (como o **Hora do Povo**). Também a ligeireza e o absurdo em qualificar representantes do movimento operário de fascistas não são novos;

Stalin no seu tempo qualificava a oposição de esquerda de fascista, de agente da Gestapo, etc, e o fazia com muito mais cinismo do que os seus seguidores atuais. Aliás, Stalin também deixava de usar o qualificativo de “fascista” quando lhe convinha. Em 1939, levou a cabo um infame acordo com Hitler, que incluía inclusive a divisão da Polônia. Não satisfeito, promoveu na noite posterior à assinatura uma recepção de gala onde fez a declaração: “Eu sei o amor que a nação alemã dedica ao seu Führer. Eu gostaria portanto de beber à sua saúde”. E durante o período de vigência do acordo (isto é, até que Hitler por sua conta resolveu invadir a URSS), a imprensa da Internacional Comunista deixou de usar o termo “fascista”, ocupando-se

apenas em denunciar os imperialismos inglês e americano como belicistas.

Tampouco na Polônia a repressão contra os trabalhadores é uma novidade. Pelo menos em três oportunidades anteriores, em 1956 em Poznam, em 1970 nos portos do Báltico, e em 1976 em Radom, os dirigentes do POUP reprimiram greves mandando atirar sobre os trabalhadores, manchando as suas mãos com o sangue operário.

Como em outras vezes, para evitar a confusão criada em torno de tais crimes contra o socialismo, é preciso que saibamos explicar do que se trata, que saibamos dizer que “socialismo” é esse que atira sobre os trabalhadores, porque se desenvolveu, qual o seu lugar na história.

Um Estado operário burocraticamente degenerado

A única explicação coerente sobre a natureza do “socialismo” da URSS e dos países que se assemelham a ela é a de que são sociedades em transição entre o capitalismo e o socialismo, com sua evolução deformada e bloqueada por uma dominação burocrática. Esta idéia pode ser resumida no conceito de Estados operários burocraticamente deformados ou degenerados.

Hoje, este conceito é utilizado apenas pelos que se reivindicam de alguma maneira do “trotskismo”, representando mesmo um traço distintivo fundamental desta corrente política. Contudo, esta caracterização teve sua origem com Lênin, sendo apenas desenvolvida e aprofundada por Trotski, pela oposição de Esquerda ao stalinismo, e pelos que continuaram a sua luta.

Lênin utilizou a noção de “Estado operário com deformações burocráticas” já em 1920-21, na discussão sobre os sindicatos na qual ele se opôs a Trotski e a Bukharin. O argumento de que não se tratava de um Estado operário “puro” foi importante para ressaltar a necessidade de sindicatos independentes do Estado, para defender os interesses econômicos dos trabalhadores.

No seu informe diante do congresso do partido em 1921, Lênin fundamentou a existência destas “deformações burocráticas”: era necessário recorrer às forças do mercado para desenvolver as forças produtivas e salvar a base material do Estado operário (o que seria a política da NEP). A classe operária estava, na época,

profundamente desmobilizada por sete anos de guerras e de privações, pela desorganização e recuo da indústria; o campesinato, que obteve a terra em outubro de 1917 e cuja propriedade fora nivelada pela guerra civil, se define como proprietário do excedente agrícola, suscetível de fazer especulação, e não mais como trabalhador aliado à classe operária; enfim, o partido bolchevique estava sendo obrigado a gerir a economia e o Estado contando apenas com as suas forças internas.

Tudo isto, ocorrendo sob o pano de fundo do atraso do país e do isolamento da revolução, dará um novo conteúdo à noção de burocracia. Anteriormente, este conceito identificava os antigos funcionários do tzarismo que continuavam no novo Estado, e os quadros operários que adotavam o seu estilo de trabalho. A partir desta situação, a burocracia torna-se uma deformação inerente ao aparelho de Estado.

No congresso seguinte, Lênin esclarecerá que considerava impossível naquele momento mobilizar a classe operária para destruir os restos do Estado tzarista e lutar contra a burocracia. Para isto, seria necessário em primeiro lugar desenvolver as forças produtivas para reconstruir materialmente o proletariado, e se apoiar na velha guarda do partido que mantinha as tradições do comunismo.

As preocupações com as deformações burocráticas do aparelho de Estado da URSS (e depois, também do partido) vão ser uma obsessão de Lênin no fim da vida.

Foi sobre as pegadas de Lênin que Trotski desenvolveu sua análise sobre a natureza da URSS em 1936, onde conclui:

“A URSS é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas ainda são muito insuficientes para dar à propriedade de Estado um caráter socialista; b) a inclinação para a acumulação primitiva, nascida na necessidade, se manifesta através de todos os poros da economia planificada; c) as normas de repartição, de natureza burguesa, estão na base da diferenciação social; d) o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para formar rapidamente uma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, se tornou uma casta incontrolada, estranha, ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou jogar a sociedade de volta ao capitalismo; h) a contra-revolução em marcha para o capitalismo deverá quebrar a resistência dos trabalhadores; i) os operários marchando para o socialismo deverão derrubar a burocracia”. (A Revolução Traída)

O caráter repressivo do Estado se deve justamente à necessidade, para os burocratas, de defender seus privilégios contra os trabalhadores. Contudo, como a natureza de classe do Estado se define, não

por suas formas políticas, mas por seu conteúdo social, isto é, pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o Estado em questão defende, o Estado soviético continuou a ser um Estado operário — um Estado operário burocraticamente degenerado.

Trotski enfatizou que esta degeneração não se devia a uma inevitabilidade objetiva, mas à situação de isolamento da revolução em um país atrasado, às derrotas da revolução na Europa e na Ásia, que facilitaram a vitória da fração burocrática nas lutas dentro da URSS.

Naturalmente, a situação dos Estados operários hoje é muito diferente: em primeiro lugar, não há mais um Estado isolado, mas houve uma extensão significativa do seu número depois da Segunda Guerra Mundial. No caso da Polônia, sua transformação em Estado operário se deu não devido a uma revolução social autônoma, mas à presença do Exército Vermelho. A burocracia foi obrigada a levar a cabo a expropriação da burguesia e a dar origem a um Estado operário, porque esta é a base na qual pode se apoiar a sua dominação. É claro que um Estado operário nascendo desta maneira já estava desde a origem burocratizado.

Além da extensão dos Estados operários, hoje muitos deles (a Polônia inclusive) já têm um grau de industrialização avançado, com um peso significativamente grande da classe operária, o que torna o domínio da burocracia ainda mais anacrônico e injustificável.

Uma sociedade entre o capitalismo e o socialismo

Entre as correntes de esquerda, a explicação mais débil do que acontece na Polônia é a oferecida pelos que tomam o partido de Jaruzelski, isto é, pelas correntes "pró-soviéticas". Destas, a mais ridícula é a representada pelo jornal "Hora do Povo", que fala que o golpe militar foi realizado para "esmagar o golpe fascista", preparado por Reagan, viúvas de Pilsudski, fariseus e mequetrefes de diferentes tonalidades em polvorosa". A explicação da crise polonesa estaria no desenvolvimento de um processo contra-revolucionário levado a cabo por degenerados da "Confederação da Polônia Independente", do "Movimento de Resistência Polonês" e do KOR, isto é, por grupos pequenos. Aliás, a revista **Brasil Hoje**, da mesma corrente política, só se refere ao Solidariedade como um "grupo".

Para eles, não há o que explicar: com Jaruzelski, o socialismo se defende de grupos contra-revolucionários.

Uma explicação tão imbecil não é seguida pelo porta voz oficial da corrente pró-soviética, o **Voz da Unidade**. Na sua edição de 18 a 25 de dezembro, reconhece que a reponsabilidade principal pela crise criada cabe aos erros do POUP e as "violações das normas marxistas-leninistas". "O descontentamento da classe operária, as perdas morais e de confiança no partido, a paralisia dos sindicatos (oficiais) e dos organismos do Poder Popular prepararam o terreno para o aparecimento do "Solidariedade" como organização de massas".

Contudo, para a **Voz da Unidade** nos últimos meses o POUP teria se curado de seus vícios, das violações das normas, "dos privilégios gozados por quadros de dirigentes", e se teria empenhado em uma efetiva política de renovação socialista. E se aproximando de visões absurdas como a do **Hora do Povo** a **Voz** afirma que o Solidariedade passou a ser controlado por grupos anti-socialistas e até neo-nazistas, que sabotavam as tentativas de melhorar a situação econômica, etc.

Tudo isto não pode mascarar uma

coisa: que o Solidariedade, de qualquer maneira, era constituído por 80% da classe operária polonesa (contando inclusive com a participação de muitos militantes do POUP, como reconhece a **Voz**) e que não faz nenhum sentido falar na defesa do socialismo por um golpe militar contra 80% da classe operária, organizada em um sindicato. O socialismo, antes de mais nada, é o poder dos trabalhadores.

O único argumento digno de nota levantado por esta corrente é o dos progressos da economia polonesa depois da guerra, da elevação do nível de vida, apontado pelo **Brasil Hoje** para provar o caráter socialista da economia, as vantagens do regime, e para negar "a imagem de incompetência que alguns órgãos tentam passar sobre a Polônia". Ora, os progressos econômicos provam apenas a su-

perioridade das bases da economia coletivizada e planificada sobre o capitalismo, mesmo com a incompetência da camada dirigente. Não provam o caráter socialista da sociedade, porque este progresso se fez ainda de modo limitado, não chegou à sociedade sem classes, se fez com enormes privilégios (o que o próprio POUP reconheceu), e terminou em uma grande crise econômica, pela dependência dos bancos ocidentais.

Uma sociedade superior ao capitalismo

Toda a argumentação do **Brasil Hoje** se reduz a isto: em qualquer circunstância: a propriedade estatizada, coletivizada, e a economia planejada são superiores ao poder dos capitais privados e à anarquia do capitalismo. E isto é, sem dúvida, verdadeiro.

Outro erro na análise da crise polonesa é cometido pelos que negam o caráter progressivo, com relação ao capitalismo, da sociedade polonesa (e de todo o chamado "bloco soviético"). Por exemplo, como considera o PC do Brasil (esquerda): "(o Estado polonês) é um Estado anti-operário. Um Estado burguês que se apoia na mesma exploração capitalista, na mesma escravidão assalariada. E, mais ainda, um Estado dependente do social-imperialismo da URSS e endividado com os monopólios ocidentais". (ver página 20).

Interpretações como essas, que consideram como capitalismo de Estado ou coisa parecida o regime social dos países do chamado "bloco soviético" são antigas na história do movimento operário, desde a degeneração burocrática da revolução russa. Mas são profundamente incorretas, não permitem entender toda a história das últimas décadas.

Na URSS, e posteriormente em outros países, foram dados os primeiros passos na direção do socialismo: a expropriação da burguesia, a passagem dos principais meios de produção para as mãos do Estado, a direção da economia pelo plano, e não mais pela anarquia do mercado. Estas características não foram destruídas, e representam de qualquer maneira um enorme passo progressivo. Para avançar na direção do socialismo, os trabalhadores não terão de realizar uma nova revolução social, uma revolução nas relações de produção, mas sim lutar por uma renovação da democracia socialista, por uma derrubada da burocracia dirigente, e pelo aprofundamento da direção socialista da economia (contra os privilégios da camada dirigente, por um planejamento democrático, controlado pelos trabalhadores, etc.). Trata-se de uma revolução fundamentalmente política, embora, é claro, com repercussões na economia. No fundamental, é neste sentido que luta o Solidariedade. Há uma diferença com relação ao capitalismo. As bases econômicas do Estado polonês são as bases de um Estado operário, não a de um Estado burguês.



Do partido

burocracia

de Lênin ao partido da

Um dos argumentos mais utilizados pelos adversários do socialismo em situações como a atual é o de que a culpa pelo stalinismo seria da concepção leninista de partido. Lênin seria o pai de Stalin (e portanto avô de Brejnev, Jaruzelski, etc.).

A realidade é completamente diferente desta absurda teoria.

A palavra de ordem central da revolução de 1917 foi "todo o poder aos soviets". O partido bolchevique dirigiu a revolução na medida em que se tornou em outubro o partido majoritário nos soviets. Além disso, quando esta palavra de ordem foi lançada, o partido bolchevique era minoritário. Assim, não se lutou em 1917 por "todo o poder ao partido único".

Em 1921, chegou-se à proibição dos outros partidos soviéticos (todos comprometidos com a atividade armada contra o Estado soviético), e posterior-

mente, à proibição de frações dentro do partido bolchevique. Isto foi concebido como uma medida temporária, numa situação de fraqueza material da ditadura proletária, de isolamento, etc. Podemos dizer que esta situação serviu juridicamente de ponto de partida para o regime stalinista. Mas a causa fundamental desta evolução não está aí, mas na série de derrotas do proletariado na Europa e na Ásia.

A maior prova da incompatibilidade entre o leninismo e o stalinismo está que nos anos de consolidação do stalinismo, na década de 30, houve o extermínio de toda a geração que tinha participado da revolução, da guerra civil. Há dados expressivos sobre o que significou este processo:

Dos 21 membros do Comitê Central do partido no momento da revolução, 7 morreram de morte natural (a maioria antes desse período), 2 foram assassinados pela con-

tra-revolução, 12 foram vítimas do terror stalinista. Entre 1918 e 1922, houve 31 membros do CC: 8 morreram de morte natural, 20 foram assassinados pelo terror stalinista, 1 sobreviveu a Stalin. O famoso informe secreto de Kruschov mostra quão duramente a purga atingiu a própria fração staliniana: dos 139 membros e suplentes do CC eleitos em 1934, em um Congresso no qual só participou a fração staliniana, 70% foram presos e fuzilados. Neste Congresso, dos 1956 delegados, 1108 foram presos sob a acusação de crimes contra-revolucionários. Naturalmente, a purga não atingiu apenas as camadas dirigentes do partido: Kruschov estimou em vários milhões o número de "comunistas e trabalhadores honestos" vitimados no período.

Este rio de sangue colocado entre o leninismo e o stalinismo prova a incompatibilidade não apenas política, mas física entre ambos. Foi necessário um gi-

gantesco extermínio para transformar o antigo partido de Lênin no partido da burocracia.

Foi de fato um outro partido o que emergiu deste extermínio: enquanto, em 1934, 75% dos delegados ainda tinham sido veteranos da guerra civil, em 1939, no congresso, eles eram apenas 8,1%, enquanto 43% tinham entrado no partido depois de 1929.

Trotsky, no artigo "Bolchevismo e Stalinismo", afirma que a interpretação que responsabiliza as concepções de Lênin pelo Stalinismo substitui o processo histórico, que consiste na luta de forças hostis, pela evolução do bolchevismo no vazio.

Na verdade, foi necessária uma contra-revolução burocrática para chegar ao regime stalinista. O stalinismo saiu do leninismo, mas de modo algum como sua continuidade lógica, mas sim como sua violenta negação burocrática.

O movimento sindical foi obrigado a se debater, em 1981, dentro de um quadro econômico bastante difícil: os maiores índices de queda da produção e desemprego de mão-de-obra industrial desde 1945, dívida externa em bola de neve, dificultando a "reciclagem" da economia, mudanças no eixo de desenvolvimento econômico, com uma "transferência" intersindical de força de trabalho (da indústria automobilística para a agricultura, por exemplo!) anunciada como meta pelo próprio Ministro do Trabalho. Nesse quadro, o reajuste do salário mínimo abaixo dos 110% do INPC, como previsto em lei, o pacote da previdência social, a escalada do governo e empresários contra o reajuste semestral fizeram um quadro de pressão política sobre o movimento operário, o que se refletiu, muitas vezes no esvaziamento das campanhas salariais de grandes categorias.

Mas a luta parece ter mudado de forma.

Por Regis Moraes

O impacto da onda de desemprego sobre o movimento sindical foi, sem dúvida, muito grande em 1981. Mas nem sempre pelo lado que os patrões mais desejavam.

Por um lado, foi visível o esvaziamento de campanhas salariais de grandes categorias, como os metalúrgicos de SP, RJ, S. Bernardo, etc. que em alguns anos anteriores tinham deflagrado greves gerais. Verdade que também houve exceções: tivemos uma greve geral de formidável resistência e de alguns bons resultados na construção civil de Vitória, ou entre os docentes das universidades federais. Como caso geral, contudo, a pressão sobre os dissídios surtiu algum efeito. Um exemplo foi a enxurrada de propostas de 0% de produtividade nos acordos de metalúrgicos no segundo semestre, em alguns casos capitaneadas pelas próprias diretorias pelegas e seus

várias situações, com greves de aliados reformistas. Exceção ainda foi o caso de Betim, onde uma situação particular (greve na FMB em plena negociação) deu

força a uma posição mais favorável aos trabalhadores e à diretoria de seu sindicato, recém-conquistada pela oposição. Ainda uma exceção: os acordos de bancários,

inclusive "ajudados" pela alta lucratividade do setor.

Por outro lado, a onda de desemprego e de crise financeira das empresas foi respondida, em

fábrica contra dispensas e contra atrasos de pagamentos de salários. É o caso da FIAT R. Janeiro (41 dias de greve), Ford-S. Bernardo e Massey-Ferguson de São Paulo, FMB de Minas, Embraer (S. José dos Campos) (empresas onde se registraram vitórias econômicas parciais e avanço de organização sindical), além da greve contra desemprego no combativo polo petroquímico de Camaçari, Bahia.

A tradição operária anterior e essas "luzes no tunel" (que, bem medidas, não foram tão poucas quanto o reformismo pretende insinuar) mostram que a classe trabalhadora não se encontra desmoralizada. O fato é que a disposição de luta existente busca os caminhos e as lideranças em quem confiar. Nesse sentido, virar o jogo vai depender, fundamentalmente, da capacidade política das lideranças operárias.

Greves: Não há razões para pessimismo



Eleições sindicais

Avanços e recuos da corrente classista

A classe trabalhadora não entra decididamente numa luta se não confia nas suas direções. Diante dessa realidade, a safra de eleições sindicais de 1981 mostrou uma disputa renhida entre a combatividade das oposições sindicais e sindicalistas "autênticos", de um lado, e, de outro, uma articulação pastosa e confusa entre pelegos e reformistas, que trouxeram para o movimento operário um pessimismo sob encomenda para o regime, um derrotismo que superestima a força da burguesia e com isso procura convencer a massa a aceitar qualquer acordo.

As oposições sindicais e o sindicalismo autêntico conseguiram alguns bons resultados no ano passado, principalmente se considerarmos a sua quase total falta de articulação e inexperiência no combate à burocracia remoçada pelos reformistas.

Deve-se levar em conta que as eleições sindicais têm um número enorme de cartas marcadas, determinadas pela legislação sindical vigente há quase 50 anos e pelo regime de ditadura militar. Mesmo assim, pode-se observar, por exemplo, que 6 em cada 10 votos sindicais na Grande São Paulo foram destinados a chapas "de oposição", em geral apoiadas pelo PT.

Em S. Paulo, a oposição registrou vitórias significativas no interior: metalúrgicos de S. José

dos Campos, Itu, Ribeirão Preto. Uma derrota massacrante da coligação reformista foi registrada entre os metalúrgicos de S. Bernardo. Um sindicato de tradição, como o dos marceneiros, viu sua diretoria reformulada por uma chapa vinculada às lutas de base. Bons resultados foram também obtidos pelas oposições metalúrgicas de Guarulhos e de Jundiaí, onde apenas a fraude escandalosa conservou o lugar do pelego. Entre os metalúrgicos da capital, a oposição derrotou o arqui-pelego Joaquim e seus aliados (PC e HP prá variar) nos votos das fábricas, perdendo o pleito apenas pelo enorme peso dos votos de aposentados. A nota melancólica ficou a cargo dos tradicionalmente combativos metalúrgicos de Osasco, derrotados e desenraizados. Nos outros estados, registram-se vitórias da

oposição entre os metalúrgicos de Betim (Minas), bancários de Porto Alegre, metalúrgicos de Novo Hamburgo e Canoas, bons resultados em S. Leopoldo (o que vai demonstrando uma tendência oposicionista cercando a capital gaúcha, principalmente no eixo da BR-116). Notas melancólicas: o vexame da oposição metalúrgica no Rio de Janeiro e o descenso em Contagem, Minas Gerais.

O quadro das eleições, que se pode acompanhar em mais detalhe nas edições de 1981 do EM TEMPO, parece indicar assim, uma disputa palmo a palmo entre o avanço da vanguarda operária classista e a tentativa de consolidação do peleguismo reformado, ajudado, este último, pela legislação ditatorial, pelas listas negras patronais, pela crise de emprego e, também, por muitos desacertos e falta de objetividade da articulação classista.

Intersindicais

E a "unidade pela base"?

Aspiração dos trabalhadores por uma articulação intersindical tem-se tornado evidente em todos os momentos de enfrentamento mais agudo com os patrões e o governo. Veja-se por exemplo, a comoção política e o movimento de apoio gerado, em todo o país, pelas greves do ABC, símbolos, para todo trabalhador, da resistência de sua classe. Foi em cima dessa comoção que surgiu a chamada Unidade Sindical, logo "aparelhada" pelos pelegos e reformistas e transformada na sua articulação política. Em 1981, as tentativas de articulação, que se cruzaram em agosto, na CONCLAT, mostraram duas correntes: de um lado a Unidade sindical (pelegos, PC, HP e, correndo por fora, os "tribuneiros") e de outro a ANAMPOS (articulação dos autênticos e oposições sindicais). As correntes se enfrentaram nas eleições sindicais, nos atos de 1º de Maio, na CONCLAT, onde "dividiram" entre si os nomes da Comissão Pró-CUT.

A verdade é que a Pró-CUT não chegou ao movimento operário. Veja-se por exemplo que nem os próprios delegados receberam os informes e balanços da CONCLAT. Poucos sindicatos realizaram reuniões e assembleias para discuti-los. Nem um instrumento de massificação (jornal, cartilha, etc) foi divulgado para dar eco às resoluções da conferên-

cia. Além disso, a Pró-CUT não esteve presente nas greves e campanhas salariais. Ela não se constituiu ainda como organismo que unifique lutas levadas pelo movimento sindical.

A ausência de uma vinculação a essa base de luta facilita, sem dúvida, uma divisão ideológica "por cima", pelas cúpulas e lideranças e de difícil apreensão pelas bases, cuja tendência pode ser a de desacreditar no organismo. Aparece como urgente, desse modo, a necessidade de massificar a CONCLAT, realizar ENCLATs regionais, eleger Pró-CUTs estaduais, etc. Em S. Paulo, aliás, ainda que aos tropeções, talvez se tenha agora um bom início. A Unidade Sindical cedeu lugar, como intersindical, à Comissão Sindical Única, extremamente ampla, com a responsabilidade entre outras, de preparar um ENCLAT para maio.

Nos últimos meses do ano, viu-se também uma maior clareza na configuração da ANAMPOS. Ainda sem um claro projeto, mas, ao que tudo indica, caminhando para isso, ela constituiu uma coordenação nacional que preparará a reunião nacional da articulação em fevereiro. Definiu ainda sua proposta de calendário para o movimento sindical de todo o país, em 1981, o que representa, sem dúvidas, um avanço que deixa esperanças.

Porque que a Ford, em São Bernardo é a fábrica mais mobilizada?

— Isso depende da consciência do trabalhador. A Ford nunca ficou sem diretor de base lá dentro. A Volks, a Mercedes ficaram. Isso fez com que a Ford sempre tivesse trabalho de base. E é um trabalho que o pessoal da fábrica assimila bem. Isso faz com que a consciência do pessoal da Ford seja bem alta.

— Como é organizado o trabalho dentro da Ford?

— Olha, o trabalho que a gente faz é de máquina em máquina, de chegar para cada companheiro e dizer: o que está acontecendo é bom para nós neste aspecto e ruim naquele outro; a firma está nos mordendo ali e aqui e, assim, vai conscientizando e mobilizando o pessoal. Agora, a diretoria nova começou um trabalho excelente de fazer reunião em hora de almoço. Chegamos a fazer até quatro reuniões por dia, convocadas na base do papo. O pessoal da Ford é bom porque cobra muito. Isso faz com que logo a gente fique sabendo de tudo que acontece na fábrica. Qualquer coisa nova, a rádio pãõ divulga logo, e a gente é logo informado.

— Em SP, os diretores de base do sindicato dos Metalúrgicos cumprem o expediente de trabalho normal. Em S. Bernardo também é assim, ou os diretores fazem muito mais um trabalho político na fábrica?

A gente tem um princípio: estamos na luta e, quando terminar o mandato, a gente está lascado. Então, nós jogamos tudo. É um princípio nosso elevar o nível de atuação sindical dentro da fábrica. Então, a gente não liga para nada. Nós não trabalhamos. Depois de tomar posse, acabou. Sofremos muitas pressões mas não renegamos de maneira nenhuma nosso princípio de luta. O principal é a gente não ter medo.

Na Volkswagen tem uma pressão mais forte, mas mesmo antes da gente ter sido eleito, procurávamos ocupar o nosso tempo com prática sindical. Hoje, eu chego lá, bato o ponto e só volto às 11 horas. E não pego serviço nem um dia porque eu sei que, se eu trabalhar um dia, eles vão querer que eu trabalhe todos os dias. Eu quero dizer bem claro que a liderança que a gente conseguiu na Ford, na Volks foi em cima de um trabalho desse tipo, pouco importando que fôssemos cassados, pois sempre tivemos certeza que tem muita gente para nos substituir. É assim também na Brastemp, na Mercedes e em outras fábricas.

— S. Bernardo foi uma região muito afetada pelo desemprego. Isto afetou muito a mobilização e organização dos metalúrgicos?

— Aqui afetou muito. Muitos companheiros nossos que participavam da comissão de salários, da comissão de mobilização foram atingidos e estamos pagando o preço disso até hoje. Mas nenhum deles está descontente de ter feito isso. Nós temos 27 companheiros enquadrados na Lei de greve e eles não estão descontentes com isso.

— Mas, e na base. O pessoal não pensa que as greves anteriores tiveram pouco resultado, não se conseguiu nada...

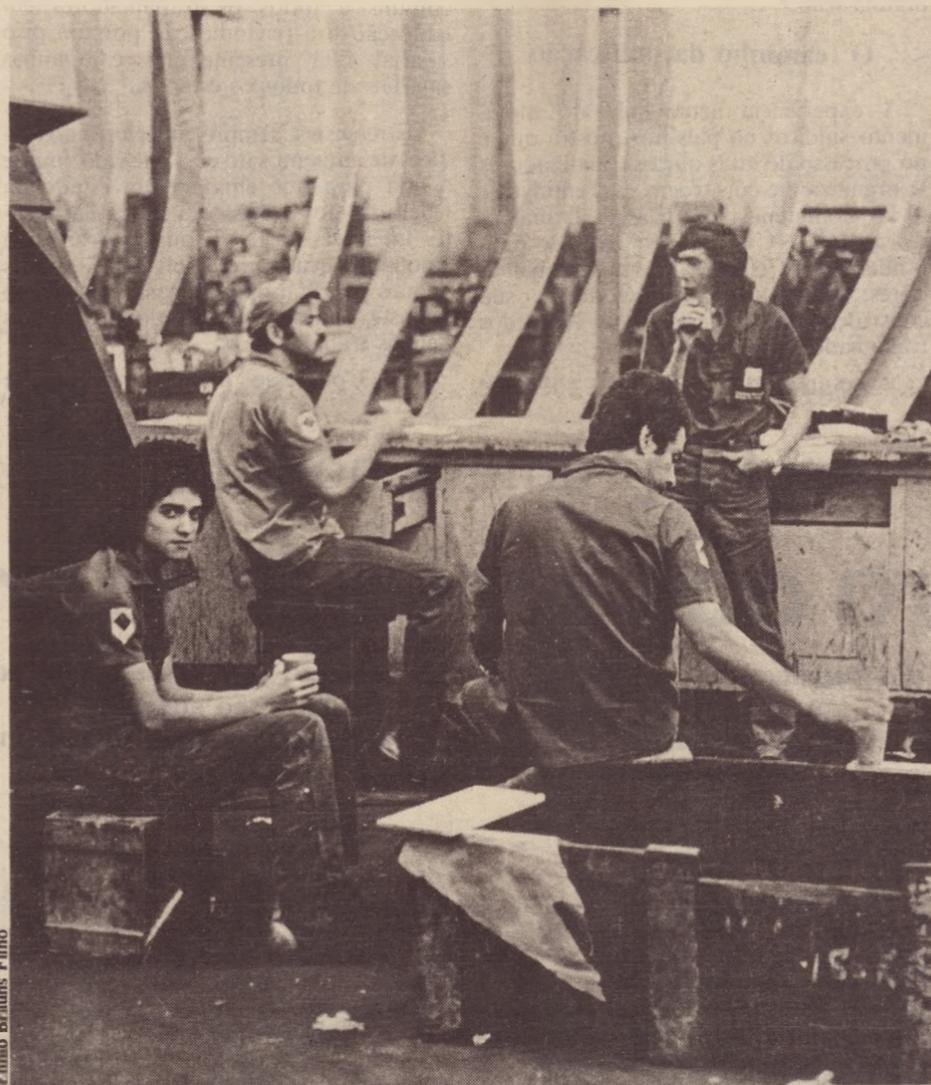
— Olha, na cabeça do trabalhador, logo quando termina a greve, o que se pensa é isso. Mas depois, aos poucos, é que vai se vendo as coisas que foram conseguidas. Nós conseguimos pouco, é verdade, não foi o que a gente queria.

trabalhador de base: Os trabalhadores que estão desempregados hoje estão divididos. Alguns justificam o desemprego com as greves.

— **diretor:** É, mas o trabalhador sabe que hoje tem aumento semestral. Ele tá vendo que tá ganhando bem hoje é por

Fala São Bernardo

Bagaço, Natal, Alberto, Paraná, diretores sindicais da Brastemp, Mercedes e trabalhadores de base da Ford. Todos militantes operários de São Bernardo, todos convivem diariamente com o polo mais avançado da classe trabalhadora no Brasil. Aqui, eles falam da experiência de organização na Ford — fábrica na qual aconteceram cinco paralisações ano passado e que junto com a Fiat do Rio se destacou na luta contra o desemprego — dos efeitos do desemprego, da greve geral e sobre a próxima campanha salarial de São Bernardo.



Franco Brauns Filho

causa das greves. Na Ford, por exemplo, nós conseguimos fazer cinco paralisações este ano porque o trabalhador ficou consciente da sua força. Tem alguns insatisfeitos, mas a maioria está consciente do que está fazendo. O mais importante é que se conseguiu passar para os trabalhadores a importância das greves, da luta. O reajuste semestral foi entendido como uma vitória dos trabalhadores, algo que foi arrancado dos patrões.

— A campanha salarial de 81 foi muito mais fraca que a de 80.

— Mas nós temos que levar em consideração duas coisas: a maioria das firmas deu férias coletivas neste período, e a gente estava sem o sindicato. Havia, então, o desemprego e a repressão juntos. Dentro das empresas, não tinha nenhum diretor do sindicato. Só havia a campanha na porta de fábrica e isso é insuficiente.

— Nós gostaríamos de ouvir agora o companheiro que é mensalista da Ford, e saber se os mensalistas também participaram das greves.

— Olha, o que aconteceu na Ford é que se conseguiu que o trabalhador

ficasse de orelha em pé para qualquer medida que a empresa viesse a tomar. Além disso, para cada luta que termina, o trabalhador já está pensando na outra. Eles dizem para nós: "E agora, o que que vamos fazer? Morreu aqui, terminou?". "Olha, eu tô ouvindo um papo que a empresa..." Quer dizer, o pessoal começa a discutir, começa a procurar a comissão de fábrica e os elementos mais ativistas para saber o que está acontecendo. Ninguém quer ficar desinformado e o trabalhador confia na comissão, no sindicato para a luta, e nós sabemos que temos que estar à altura das exigências do trabalhador. Hoje em dia, após um longo trabalho de conscientização em cima do mensalista, conseguimos que este entendesse que é necessário lutar para vencer. Muitos companheiros pensavam que os mensalistas nunca iam parar. Agora, depois desta última greve, a coisa melhorou. Os mensalistas hoje são uma nova força contra os patrões e contra o governo.

— Como a diretoria da empresa aceita isso?

— A direção da empresa, procurando

ainda manobrar, nem descontou o dia dos mensalistas para dizer que eles não pararam por vontade própria. Isto faz hoje com que a Ford seja uma ponta-de-lança, mas não isolada. Sabemos que estamos ao lado de outras empresas. E verdade que a questão do desemprego afetou o trabalhador: que todo o mundo tinha medo de ser mandado embora. Mas hoje todo o mundo pensa que, mesmo ficando calado também pode ser mandado embora. Então, entre ser mandado embora de cabeça baixa e ser mandado embora de cabeça erguida, eles preferem ser mandado embora de cabeça erguida. Hoje, tem muitas pessoas atrás de nós, muitas pessoas dispostas a assumir a luta. É isto que assusta os empresários. É aquilo que já foi dito: vale mais um grevista com as máquinas paradas na fábrica do que um desempregado na rua.

— Como são as reuniões que são feitas dentro da Ford?

A primeira vez, a gente convocou uma reunião na hora do almoço para discutir a situação sindical e vieram 25 pessoas. O pessoal preferiu conversar do que ficar jogando dominó ou dormindo. E o negócio pegou, e o pessoal começou a cobrar. Hoje, a gente faz reuniões com setenta, oitenta companheiros na hora do almoço. A coisa chegou num ponto que quem é questionado é quem não participa. Aquele que não participa, a turma vem logo em cima: "ô companheiro, como é que é: está do lado do patrão ou está do nosso lado".

— É muito falado que os operários exercem o controle sobre a hora-extra. Como é que é isso?

A gente reúne o pessoal que vai fazer a hora extra e discute a questão. Nós dissemos que não é certo fazer, mas muitos dizem: "a gente precisa de fazer algumas". Então, a turma só faz o necessário para ter um dinheiro extra. A gente põe em votação, faz reunião na hora do almoço, ou na própria seção e, aos poucos a turma vai entendendo. Depois da votação, a decisão é comunicada à empresa, que aceita o que pensamos. Hoje, quase ninguém quer mais fazer hora extra, pois acha que é melhor ter menos dinheiro do que trabalhar demais. O pessoal que ficou um tempo sem fazer hora extra, viu que dá para viver sem ela. Quem ficou três, quatro semanas sem trabalhar no sábado, desacostumou da hora extra, e a gente se bate em cima disso.

— Qual a expectativa para o dissídio deste ano? E a greve geral?

— Olha, sobre a greve geral, o que nós temos a dizer é que tem muito sindicalista aí frouxo que fica propondo coisa e não assume na hora. Porque aqui em S. Bernardo, todo o mundo assumiu. Você conversa com o pessoal que mora em Sto. Amaro, em Osasco, ninguém ouviu falar por lá de greve geral. Por isso que eu digo: a gente lançou a proposta da greve geral. Quando foi lançada, todo o mundo assumiu. Mas, cadê luta, cadê trabalho de base? A unidade sindical não soltou sequer um boletim falando da greve geral. A gente esperava que, depois da Conclat, a greve geral fosse sair. Mas, nós vimos é que as coisas não são assim. Hoje, a gente acha que a greve geral pode sair através de uma greve que puxe outras. A gente aqui não pensa no aumento semestral mais, mas pensamos em greve geral, porque a situação está ruim é no país todo.

Sobre a campanha salarial, nós pensamos que vai ser uma campanha muito boa, devido ao próprio trabalho de base que a gente tem. Nós já estamos em campanha salarial há muito tempo, pela presença do sindicato na fábrica. Agora, é evidente que tudo quando começa, começa pequeno, e é difícil fazer previsões.

Congresso de Professores

A postar na campanha nacional

Os anos de 78-79 marcaram o ascenso do movimento dos professores de 1.º e 2.º graus, com greves e mobilizações em todo o país. Nesse período, o movimento aprofundou sua organização a nível regional, expulsando velhas direções pelegas e democratizando entidades até então burocratizadas como as Associações de professores de S. Paulo, Pernambuco e Paraíba e construindo entidades unitárias como o CEP do Rio de Janeiro, a UTE de Minas Gerais. É a partir desse período que o movimento começa a procurar canais para sua organização a nível nacional, sem no entanto conseguir, até hoje, unificar em um mesmo organismo as entidades representativas do professorado.

A Confederação dos Professores do Brasil (CPB) - entidade existente desde 1963, mas que permaneceu burocratizada e esquecida do movimento - tenta rearticular-se como direção nacional dos professores. A União dos Trabalhadores em Educação (UNATE) - criada como fruto de encontros e Congressos Nacionais, reunindo entidades representativas e oposições de quase todos os estados do

Nos dias 17 a 21 de janeiro a Confederação dos Professores do Brasil estará realizando o seu Congresso anual na cidade de Goiânia. Este pode ser um espaço onde os professores encaminhem campanhas que unifiquem suas lutas a nível nacional.

Por Luci Ayala

país - também propõe-se como canal de organização dos professores. No entanto, nenhuma dessas articulações conseguiu coordenar campanhas e lutas unificadas que servissem de experiência comum à categoria a nível nacional, base real de sua organização.

O caminho da unificação

A experiência acumulada do movimento sindical no país nos mostra que é no processo de lutas que os trabalhadores se organizam e constroem suas entidades. A 1.ª Conferência das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), ao decidir pela fundação da Central Única dos Trabalhadores, apontou como método de sua construção, a unificação das lutas dos trabalhadores a nível nacional.

Nesses últimos anos de lutas e mobiliza-

ção, o movimento de professores elaborou uma plataforma comum de reivindicações, evidenciando que, apesar das diferenciações regionais, suas condições de vida e trabalho são semelhantes em todos os estados. Os baixos salários são comuns a todos os trabalhadores em educação e a reivindicação por um piso salarial está presente nas campanhas salariais de todos os estados.

Os reajustes, sempre inferiores aos índices de aumentos do custo de vida, impõem a luta para que em nenhum estado da federação dos professores tenham aumentos inferiores ao INPC anual. A inflação galopante leva o professor, junto com os demais funcionários públicos, a lutar pelo reajuste semestral direto adquirido pelos demais trabalhadores.

Este Congresso pode transformar-se

em um espaço para a unificação dos professores se levar a proposta de campanhas e lutas unificadas em torno dessas bandeiras, a todas as entidades de professores do país, filiadas ou não à CPB. Em vários estados, os professores entrarão o ano letivo em campanha salarial. Trata-se portanto de unificar essas campanhas e desde já adiantar a proposta de unificar as bases de campanha salarial entre os professores dos diversos estados, estendendo as propostas ao conjunto do funcionalismo. A realização de Assembléias estaduais e preparação em todos os estados de uma paralisação nacional pelo reajuste semestral, dariam as bases para a unificação da luta dos professores em um só movimento.

Esse congresso deve encaminhar como organismo centralizador das lutas uma coordenação de Campanha, formada pela diretoria da PCB e por uma comissão do Conselho da entidade onde participem as entidades em luta, aberto a todas as entidades de professores do país que assumam as deliberações do congresso.

PT promove no sul:

I.º Encontro dos Trabalhadores Rurais

Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, o engajamento na construção da CUT e a necessidade de defender e aprofundar a organização do Partido dos Trabalhadores são algumas das conclusões do I.º Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais do PT, realizado no RG do Sul.

Por Gilberto Bampi e Claudio Augustin

Com a participação de 22 delegações de municípios gaúchos, realizou-se, em Ijuí, no final de dezembro, o 1.º Encontro de Trabalhadores Rurais do PT. Apesar da maior delegação ser dos trabalhadores em terra de Ronda Alta há meses em conflito com o estado - o encontro refletiu o peso dos pequenos proprietários no estado e a pouca implantação do PT entre os trabalhadores assalariados das grandes empresas capitalistas rurais, que dominam a produção do arroz, trigo, soja, etc.

Com uma pauta envolvendo debates sobre a conjuntura, problemas agrários, sindicalismo e partido político, o encontro desenvolveu-se com debates em pequenos grupos e em plenários, antecedidos por palestras sobre cada tema, a cargo de militantes do partido.

No debate sobre conjuntura, com exposição do vice-presidente da regional Raul Pont, reafirmou-se a necessidade da construção e organização do PT como tarefa prioritária do partido e o combate ao pacote de novembro, uma ameaça à organização independente dos trabalhadores, que torna ineficazes os sindicalistas cassados no país. A construção do PT é o maior fato político do país nos últimos 50 anos, com os trabalhadores não podendo abrir mão de sua proposta política.

Sobre a questão agrária foram ressaltadas a necessidade da luta pela democratização das cooperativas, para que sejam um instrumento eficaz de distribuição da renda; a luta contra o êxodo rural e pela diversificação das linhas de cultivo.

A plataforma de lutas aprovadas ressaltou o controle do critério rural pelos



próprios trabalhadores e sua extensão a todos os produtos; a exigência de um preço mínimo justo para os produtos cultivados pelos colonos, com os custos calculados pelos próprios trabalhadores; e o congelamento de preço dos insumos. A assistência técnica deve ser voltada para formas de produção não imediatistas e que atendam aos interesses dos trabalhadores.

A luta pela terra

Um outro tema abordado foi a necessidade de ocupação das terras disponíveis no próprio estado, com um posicionamento contrário aos projetos de colonização incentivados pelo governo que expulsam os colonos sem terra para outros estados.

O Encontro assumiu as propostas

aprovadas na CONCLAT sobre a previdência rural e a luta por uma reforma agrária radical e imediata, sob o controle dos próprios trabalhadores, que se desdobra nas bandeiras de terra a quem nela trabalha; utilização das terras disponíveis para o assentamento dos sem terra; preservação das terras indígenas e devolução das que lhes foram roubadas e, principalmente, a organização de base dos trabalhadores rurais.

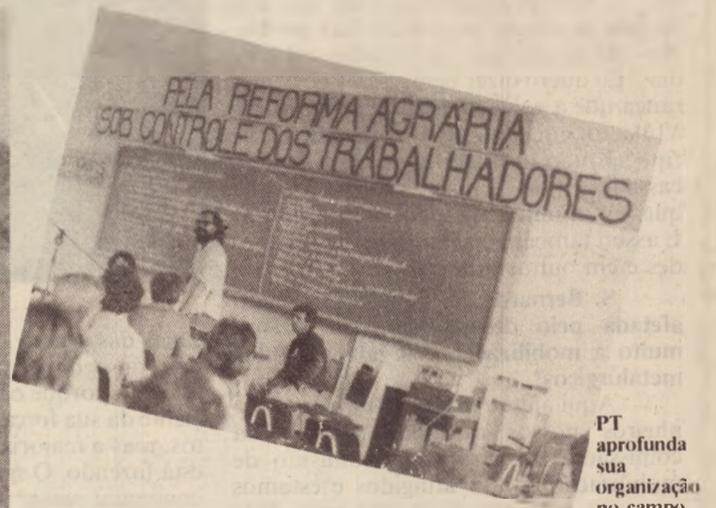
Este ponto também foi desenvolvido no tema sindicalismo, com João Pedro Stedile, da Comissão Agrária do PT, debatendo a necessidade de fortalecer o polo combativo do movimento sindical e, junto com os trabalhadores urbanos, lutar pela construção de uma Central Única de Trabalhadores, democrática, combativa e organizada pela base.

Finalizando o encontro, o debate sobre

o PT com exposição de Olívio Dutra e Clóvis Genfritz da Executiva Regional concluiu pela nucleação como base de funcionamento do partido, bem como a necessidade de seu aprimoramento ideológico e programático como representante político dos trabalhadores da cidade e do campo.

Sei: um espaço definido para seus debates específicos, as mulheres presentes reuniram-se nos intervalos do Encontro e apresentaram em plenário a reivindicação de que no próximo encontro seja posta em pauta a questão da mulher trabalhadora.

No encerramento, foi aprovada uma moção aos colonos SEM TERRA de Ronda Alta, que se concretizará em apoio material e político por parte do PT, que recolherá alimentos e organizará uma caravana à Ronda Alta, no dia 23 de fevereiro, dia da "Romaria da Terra".



São Paulo

Ano de impasses no movimento

Saímos de 1981 com um saldo de impasse para os grupos feministas de São Paulo. Sua única aparição pública deu-se no 3.º Congresso da Mulher Paulista, mesmo assim, desorganizadamente. Ao mesmo tempo, crescem os grupos de trabalho, reunidos em torno de um tema prático, como o S.O.S. Mulher e os Grupos de Sexualidade e Saúde. Para explicar esta dicotomia, EM TEMPO procura analisar os sete anos de feminismo organizado em São Paulo, buscando um salto de qualidade na militância feminista.

Por Maria Teresa Verardo

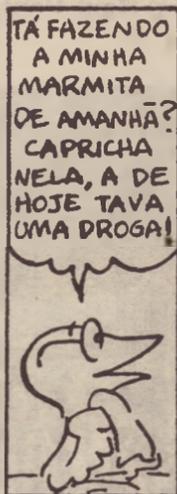
Os grupos feministas (Centro da Mulher Brasileira, surgido em 1975; Brasil Mulher, 1975; Nós Mulheres, 1976; Associação das Mulheres, 1978; Frente das Mulheres Feministas, 1979) formaram-se em torno da reflexão sobre a especificidade feminina e tiveram um papel importante por romperem o isolamento de várias mulheres até então nucleadas em suas tarefas domésticas, propiciando a descoberta de sua identidade enquanto mulheres e seu próprio conhecimento. Através destas reflexões, transforma-se o individual em coletivo, dando ao privado o caráter político e a possibilidade de ser transformado na luta.

Durante estes anos, de 1975 a 1981, estes grupos tiveram como principal objetivo propagandar o feminismo, diminuindo desta forma o preconceito contra essa questão. Isso deixou de ser suficiente a partir de 1979, quando a questão feminista explodiu nos jornais e na imprensa falada, transformando a mulher numa das principais notícias do ano.

Paralelamente, o movimento popular em geral vivia um momento de politização, com a criação dos novos partidos, a aglutinação das principais lideranças em torno das novas siglas, as questões políticas percorrendo todos os movimentos. Este processo, é claro, afeta também o movimento de mulheres, que já não pode viver alheio à conjuntura, às diversas concepções políticas, à crise econômica, às eleições.

Mas a maioria dos grupos feministas não conseguiu perceber essas insuficiências, ficando totalmente à margem do ritmo dos acontecimentos e da dinâmica do movimento. Sem dúvida nenhuma, a reflexão sobre o movimento de mulheres é de fundamental importância, mas uma reflexão descolada dos acontecimentos, sem uma atuação prática, só poderia mesmo gerar um esvaziamento dos grupos.

Junto a isso, percebe-se uma grande timidez em assumir certas bandeiras fundamentais para as mulheres, como é o caso da luta pela legalização do aborto, que se encontra ainda hoje na estaca zero. A reflexão sobre o aborto, e já se vão anos de reflexão, deixou suficientemente clara a importância desta questão para as mulheres, capacitou as feministas para enfrentarem as teorias que se contrapõem à legalização e encorajou muitas a enfrentarem publicamente os opositores, em debates, jornais e televisão.



E, no entanto, até hoje não saímos dos primeiros passos. Esse avanço e recuo tantas vezes realizado acabou gerando o descrédito nos grupos feministas. Voltar à questão significaria não recuar mais e isso amedronta, depois de tantas tentativas fracassadas. Este é o exemplo mais gritante, mas poderíamos lembrar vários outros temas que foram tratados da mesma forma.

Grupos de Trabalho: a união em torno da prática

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os grupos feministas começam a sentir a crise de esvaziamento, surge o primeiro grupo de trabalho, o S.O.S. Mulher (10 de outubro de 1980), com uma atuação prática e com uma resposta concreta ao problema da violência contra a mulher. Esse grupo arrebanha para si descontentes ou insatisfeitos com os grupos feministas, chegando a contar com cerca de 62 participantes no seu auge, número que nenhum grupo conseguiu reunir.

No S.O.S., o clima era de intensa atividade. Exigia-se das pessoas que entravam, somente uma coisa: que participassem da divisão de tarefas, mais nada. Durante um ano de funcionamento, o S.O.S. atendeu cerca de 800 mulheres. O trabalho era grande e fazê-lo era o que importava. Hoje o S.O.S. também sofre de esvaziamento, mas por razões opostas aos grupos feministas. Falta organização, direção, o grupo é conduzido de forma inteiramente anarquizante. O medo da burocratização e a absoluta falta de reflexão levaram a um caos difícil ser concertado.

De qualquer forma, o potencial de aglutinação do S.O.S. é muito grande e não pode ser desprezado. Pela primeira vez, centenas de mulheres da periferia passaram a se aproximar das feministas sem uma atitude de desconfiança. Pela

primeira vez, foi possível às feministas irem até a periferia bater papo sobre o feminismo, sobre a violência, tão presente no cotidiano destas mulheres.

Novos rumos: sexualidade e saúde

Em meados de 1981 surge outro tema com um grande potencial aglutinador: a sexualidade. O grupo Sexualidade e Saúde, surgido da Associação de Mulheres, transforma-se rapidamente numa frente de vários grupos e já orgaizou, até agora, cinco cursos com relativo sucesso. Principalmente em Osasco e Grajaú (periferia sul de São Paulo) onde as mulheres eram proletarizadas e o nível de informação bastante precário, o curso teve uma boa participação, com as mulheres partindo para outro tipo de atividade: Associação das Mulheres do Grajaú e novos cursos em Osasco, agora com os companheiros das participantes e com adolescentes, tendo uma das primeiras alunas como professora.

O potencial deste tipo de curso parece enorme, mas apenas para a primeira aglutinação das mulheres. Findo o curso, é preciso pensar em formas de continuidade e em pessoas dispostas a acompanhar o trabalho, até que as mulheres se sintam capazes de caminhar sozinhas. E, se o potencial do tema sexualidade vem da grande falta de informação das mulheres sobre o seu próprio corpo, se o Grupo Sexualidade e Saúde conseguiu descobrir a forma de chegar até elas, não conseguiu ainda coordenar este trabalho disperso e dar-lhe direção. Esse problema aponta para um desenrolar semelhante ao do S.O.S., se não se encontrar uma saída imediatamente.

Política ou partidarização do movimento?

A questão da politização do movimento de mulheres é resolvida pelas funda-

doras da Federação das Mulheres Paulistas (4 de outubro de 1981) com o simples aparelhamento do movimento, que passa a servir a seus partidos. Isso fica claríssimo se observamos que a Federação até agora não cumpriu nada de sua programação definida em Congresso, não organizou nenhuma campanha, mas já serve como trampolim para o lançamento de sua presidente, como candidata a vereadora pelo PMDB.

Cada "entidade" passa a servir estritamente a uma concepção política, a tal ponto que antigas aliadas na fundação da Federação, como as apoiadoras da **Tribuna da Luta Operária**, sentindo-se alijadas pelo **Hora do Povo**, já fundaram sua própria entidade. Trata-se da Associação das Mulheres Paulistas, com atuação a nível da cidade de São Paulo, fundada em dezembro passado.

O combate a esta partidarização do movimento não é a negação da necessidade de que os partidos políticos tenham propostas para a luta das mulheres. O movimento exige discussões políticas, exige uma direção organizada em partido, que possa apontar uma saída para seus impasses.

É esse o papel que vemos no PT, em especial na sua Comissão de Mulheres. Abre-se um ano eleitoral e as mulheres, queiramos ou não, serão chamadas a votar. Tentar fazer a dinâmica do movimento de mulheres correr por fora do espaço de discussão que se abrirá com as eleições é uma ilusão e um desperdício. Ou a Comissão de Mulheres consegue construir sua representatividade, vence as resistências no interior do partido à construção de uma linha de intervenção junto às mulheres e organiza minimamente a atuação petista no movimento, ou ele continuará a ser controlado por aquelas que querem apenas se utilizar da luta das mulheres.

Com o Plenário da Assembléia Legislativa gaúcha literalmente lotado, o PT gaúcho realizou sua pré-convenção regional para aprovar tática eleitoral, escolha de candidatos e eleger delegados para a pré-convenção nacional do partido.

O encontro, dia 9 de janeiro, contou com a presença de 176 delegados eleitos nos diretórios municipais e zonais, refletindo o crescimento do PT no Estado que já alcança quase 20 mil filiados.

Como era esperado, o ponto alto do debate político sobre conjuntura e tática eleitoral foi a aprovação de uma plataforma eleitoral que caracterize o partido no ano de 1982.

As várias teses e contribuições ao debate que haviam preparado a pré-convenção nas bases apresentavam uma grande homogeneidade na avaliação da conjuntura e das bandeiras populares que o PT deve assumir na campanha eleitoral.

PT gaúcho lança seus candidatos ao governo e ao senado

Abrindo a rodada de pré-convenções regionais que o PT irá realizar neste começo de ano, os gaúchos saíram na frente e já aprovaram: a plataforma eleitoral do partido deve estar centrada nas reivindicações da CONCLAT, na propaganda de um Governo dos Trabalhadores e na luta pela Constituinte. E mais, lançaram já seus candidatos ao governo do estado e ao senado: Olívio Dutra e Raul Pont.

Da Sucursal

lhos de repressão política, da Lei de Segurança Nacional e com eleições livres, diretas e proporcionais.

Por aclamação, representando um largo consenso das plenárias municipais que prepararam a pré-convenção regional foram já escolhidos também no encontro os candidatos majoritários do PT gaúcho: para governador o líder bancário e vice-presidente nacional do PT, Olívio Dutra, e para concorrer ao Senado pelo Rio Grande, o professor e vice-presidente regional do PT, Raul Anglada Pont.

Por votação majoritária foi aprovado também, que a nominata completa dos nomes para cargos majoritários será decidida

na próxima convenção regional. O PT gaúcho aprovou ainda critérios para serem levados à pré-convenção nacional sobre as candidaturas petistas e a relação posterior entre os eleitos e o partido. Foi aprovado que os parlamentares estaduais do PT devem contribuir com 30% de seus rendimentos para as finanças do partido, bem como suas assessorias e vantagens adicionais serem usufruídas de acordo com o órgão do partido correspondente, Diretório Regional ou Municipais. A estes caberá definir percentuais de contribuição com os vereadores.

A eleição dos delegados gaúchos à convenção nacional confirmou o amadurecimento político alcançado no encontro. Durante as várias votações, as mais variadas composições se efetivaram em plenário, evidenciando o verdadeiro papel das correntes e tendências de opinião que garantem a saudável democracia interna do PT. Na eleição dos delegados, igualmente, prevaleceu o critério político em torno do principal tema em debate, a Constituinte, refletindo o verdadeiro debate político e não os tradicionais conchavos.

A chapa um formada pela corrente que defendia a bandeira da Constituinte fez 123 votos contra apenas 30 da chapa dois, elegendo dessa forma, 14 dos 18 delegados do Estado.

Antes do encerramento da pré-convenção, feito através de Apolônio Carvalho em nome do Diretório Nacional e de Olívio Dutra, foram aprovadas ainda as campanhas contra a lei das ineligibilidades e pela eleição direta de prefeitos nas capitais, áreas de segurança e estâncias hidrominerais. A última moção aprovada, por calorosa aclamação, foi em apoio aos trabalhadores do Solidariedade e sua luta contra o golpe militar na Polônia.



e escolhendo Raul (esq.) para o senado e Olívio (dir.) para o governo.

A plataforma de lutas aprovada pela CONCLAT deve ser a referência básica para a plataforma eleitoral do PT.

A comissão designada pela Executiva do Diretório Regional para sintetizar as propostas apresentou, em plenário, a sugestão de que o partido aprovasse e emendasse à pré-convenção nacional a **plataforma de lutas** aprovada na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) como **referência básica para a plataforma eleitoral do PT**: jornada de 40 horas sem redução salarial, estabilidade no emprego, seguro desemprego, congelamento de preços, escala móvel de salários, créditos aos pequenos produtores agrícolas e garantia de preços mínimos, nenhuma redução dos serviços previdenciários e extensão destes ao trabalhador rural, pelo direito à moradia e contra a política habitacional do governo, total liberdade e autonomia sindical, pleno direito de greve e pelo fim da Lei de Segurança Nacional.

Além disso, as várias propostas apresentavam a necessidade do partido avançar bandeiras mais ofensivas que apontem na direção de um **Governo dos Trabalhadores**, a palavra de ordem que o plenário assumiu como a que melhor reflete o objetivo que o PT deve apontar para as massas. Nesse sentido, foram aprovadas propostas em relação a Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, estatização dos setores monopoli-



176 delegados de base lotaram o plenário da Assembléia Legislativa...

zados da economia, nacionalização do comércio exterior e o desmantelamento dos órgãos de repressão política.

O ponto que acabou polarizando a pré-convenção foi o debate da inclusão ou não da bandeira da Assembléia Constituinte na plataforma eleitoral do parti-

do. Por uma expressiva maioria de 99 votos a favor e 43 contra, a proposta de luta pela Constituinte foi aprovada. A grande maioria dos delegados entendeu que ela não é contraditória com a conquista de um governo dos trabalhadores, mas é hoje a bandeira que, dentro da atual relação de forças na sociedade, pode unificar o conjunto das oposições naquilo que é o objetivo mais importante da conjuntura: **o fim do regime militar, a ampliação do espaço democrático para a organização independente dos trabalhadores.**

A bandeira da Constituinte do PT, porém, não pode ser confundida com as propostas liberais do simples retorno ao Estado de Direito, nem as conciliações reformistas de uma "constituinte com Figueiredo".

Uma constituinte que interessa aos trabalhadores; uma "Constituinte sem João" com plena e total liberdade.

A proposta vencedora aponta na direção dos interesses dos trabalhadores, isto é, uma "Constituinte sem João", com plena liberdade de organização para qualquer partido político, total liberdade de organização sindical, fim dos apare-



aprovando várias resoluções, uma delas de apoio ao Solidariedade...